



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

CLEITON LIMA DE OLIVEIRA BARBOSA

IMPORTANCIA DA IMPLANTAÇÃO DA CEAPA NO PROCESSO DE
OPERACIONALIZAÇÃO DAS PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS:
uma análise do processo na cidade de Feira de Santana

CACHOEIRA-BA
2013

CLEITON LIMA DE OLIVEIRA BARBOSA

**IMPORTANCIA DA IMPLANTAÇÃO DA CEAPA NO PROCESSO DE
OPERACIONALIZAÇÃO DAS PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS:
uma análise do processo na cidade de Feira de Santana**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Colegiado de Serviço
Social da Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia, como requisito
parcial para a obtenção do grau de
Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Professora Mestra Marcela M. José da Silva

CACHOEIRA-BAHIA
2013

**IMPORTANCIA DA IMPLANTAÇÃO DA CEAPA NO PROCESSO DE
OPERACIONALIZAÇÃO DAS PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS:**
uma análise do processo na cidade de Feira de Santana

CLEITON LIMA DE OLIVEIRA BARBOSA

Monografia apresentada ao Colegiado de
Serviço Social da Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia, como requisito para a
obtenção do título de Bacharel em Serviço
Social.

Cachoeira – BA, aprovada em ____/____/____.


BANCA EXAMINADORA

Professora Mestra Marcela M. José da Silva
(Orientadora)

Professora Mestra Favônia Reis
(Membro Interno)

Assistente Social Andrea Mércia Batista Araujo
(Membro Externo)

CACHOEIRA-BAHIA
2013



Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro e do
padeiro que esperamos o nosso jantar, mas da
consideração que ele tem pelos próprios interesses.
Apelamos não à humanidade, mas ao amor-próprio, e
nunca falamos de nossas necessidades, mas das
vantagens que eles podem obter.

Adam Smith

Resumo

O objetivo deste Trabalho de Conclusão de Curso foi analisar o processo de cumprimento das Penas e Medidas Alternativas com a mediação da CEAPA (Central de Apoio e Acompanhamento das Penas e Medidas Alternativas). A metodologia adotada para sua elaboração teve caráter exploratório, trata-se de um estudo cuja coleta de dados envolveu a pesquisa bibliográfica e documental na CEAPA de Feira de Santana, bem como entrevistas a alguns membros da rede social de aplicação das penas e medidas alternativas da localidade. O trabalho está estruturado em quatro seções nas quais se realizam aproximações conceituais acerca da questão social brasileira, sua característica econômica política e jurídica. Considerando-se que a submissão do sujeito ao cumprimento dessa modalidade de sanção, também pode elucidar a violação de vários direitos que historicamente foram negados ao indivíduo, o foco deste estudo recai no trato em que os sujeitos formadores e participantes da rede de aplicação das penas e medidas dão a todo o processo. Assim é possível se estabelecer uma reflexão sobre a participação da CEAPA neste processo, analisando a sua intervenção e as suas possíveis contribuições para a luta pela garantia ao acesso aos direitos.

PALAVRAS-CHAVE: Penas Alternativas, Medidas Alternativas, Questão Social, Execução Penal

Abstract

The objective of this work Completion of course was to analyze the process of complying with Feathers and Alternative Measures to mediation of CEAPA (Central de Apoio e Acompanhamento das Penas e Medidas Alternativas). The methodology adopted for its preparation was exploratory, and it is a study whose data collection involved a literature review and documentary research in CEAPA-Feira de Santana, well as interviews with some members of the social network in sentencing and alternative measures local. The work is divided into four sections in which they perform conceptual approaches on the issue of Brazilian social, political and economic characteristic legal. It is considered that the submission of the subject to the fulfillment of this type of sanction, may also elucidate the violation of several rights that were historically denied, the focus of this study lies on the tract in which the subjects trainers and participants of the network application of penalties and measures to give the whole process, Thus it is possible to establish a reflection on the CEAPA participation of this process, analyzing their intervention and their possible contributions to the struggle to ensure access to rights.

Key words: Sentencing Alternatives, Alternative Measures, Social Issues, Criminal Enforcement

Sumário

INTRODUÇÃO	7
I INTRODUÇÃO HISTÓRICA A FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO E A CORROBORAÇÃO DO SISTEMA PENAL	9
1.2 Período Imperial e a formação de um estado nacional	12
1.3 Alguns fatores determinantes ao surgimento ascensão e queda da primeira Republica.	16
1.4 Bases estruturantes do sistema penal moderno	21
1.5 Período pré-ditatorial	22
1.6 Estado totalitário e a contraditória concessão de alguns direitos sociais	23
II DEMOCRATIZAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO DO SISTEMA PENAL: O CAMINHO PARA O SURGIMENTO DAS CENTRAIS DE APOIO E ACOMPANHAMENTO AS PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS	26
2.1 A criação das Ceapas no Brasil	31
III CEAPA BAHIA NUCLEO DE FEIRA DE SANTANA BREVE HISTORICO	34
3.1 Surgimento	34
3.2 A aplicação das penas e medidas alternativas no núcleo de Feira de Santana	36
3.3 A Entrevista Psicossocial.	37
3.4 O Atendimento Jurídico	38
3.5 O Grupo de Fechamento	38
3.6 A Entrevista Final	39
3.7 Perfil dos cumpridores do núcleo	39
3.8 O serviço social na instituição	47
IV PERCURSO METODOLÓGICO	51
4.1 Análise de Dados	52
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	66

INTRODUÇÃO

A relação desigual entre capital trabalho também provoca tensões, que em articulação, produzem efeitos variados nos indivíduos que a protagoniza. Muitas vezes essas tensões se manifestam nesses indivíduos, através da subversão dos parâmetros legais estabelecidos pela sociedade.

O estado, atualmente, é incumbido do papel de amenizar essa situação, usando imediatamente o seu poder ostensivo, e mediamente seu aparato socio-jurídico. Porém, com as diversas reestruturações produtivas, e a adoção de ideologias que seguem tendências liberais, e colocam os interesses econômicos, em detrimento dos sociais, as configurações das políticas públicas vão se tornando mais complexas à medida que perdem o seu potencial de assegurar direitos.

Em conformidade com os ideais adotados em cada período histórico, a subversão aos parâmetros legais, foi sofrendo suas transformações e dentro da história dos Estados Nação, várias formas de intervenção foram adotadas, desde ¹suplicio, prisão, fogueira, apedrejamento público, etc. como forma de punir o indivíduo, e apresentar aos outros atores sociais o que aconteceria se viessem a cometer a subversão.

No mundo, as formas de punição foram se flexibilizando com o passar do tempo e começaram a adquirir uma conotação mais ²Humanizada, principalmente depois das atrocidades vivenciadas na segunda grande guerra, com o surgimento DUDH (Declaração Universal dos Direitos Humanos). Foi sob a influência da DUDH No Brasil, que a lei 7.210/84 (Lei de Execuções Penais) normatizou o cumprimento das penas e medidas, que começaram a ser implementadas a partir de 1985.

A implantação do modelo de penas e medidas alternativas é um ³avanço para o sistema penitenciário do Brasil, pois- dentro do modelo capitalista- é um instrumento relevante para o

¹Michel Foucault, em seu livro vigiar e punir, traz exemplos de como as penas eram aplicadas desde a idade média, e as transformações não só das penas, mas do que ele considera como outras formas de punição, a exemplo de Igreja, Escola, Exército, etc. (Foucault, 2009)

²humanizar é garantir à palavra a sua dignidade ética, em outros termos, o sofrimento, a dor e prazer expressos pelos sujeitos em palavras necessitam ser reconhecidas pelo outro (Deslandes 2004 apud MS, 2000a)

³ Em todo o mundo, a aplicação de penas alternativas avança porque elas atendem melhor aos anseios de prevenção da criminalidade e de restauração da convivência respeitosa entre as pessoas com a devida responsabilidade (CEAPA 2010)

auxílio à readaptação de um cumpridor a vida em sociedade, trabalhando o sujeito levando em consideração a sua totalidade, e não retirando-o do convívio social, e nem afetando as suas relações de trabalho.

A prática dessa modalidade de pena vem demonstrando que é o método mais adequado, quando se leva em consideração o status de “sociedade democrática”, pois não priva o indivíduo da liberdade (mesmo que bastante cerceada), por um delito simples. Dentre os fatores mais relevantes para justificar tal afirmativa cito que a pena convencional (privativa de liberdade), traz danos à vida social e psicológica do indivíduo que terá de conviver com o estigma de ser ou ter sido presidiário, e os que eventualmente, são dependentes desse indivíduo, economicamente, afetivamente etc. sofrerão danos que os tornarão mais vulneráveis aos problemas oriundos da dinâmica contraditória da sociedade capitalista.

O primeiro capítulo tem como finalidade apresentar o contexto histórico da dinâmica social econômica e política do país, e a influência dessas características na complexificação da questão social, bem como, os precedentes que embasaram a criação das penas e medidas alternativas no Brasil.

Já no segundo capítulo fala sobre a criação das penas e medidas alternativas no bojo de uma reestruturação produtiva do capital, bem como apresenta os fatores que levaram a criação das CEAPAS (Central de Apoio e Acompanhamento a Penas e Medidas Alternativas) e como essa instituição atende a demanda da cidade de Feira de Santana, explorando, também, o perfil dos cumpridores, esse mesmo capítulo ainda traz um pequeno apanhado da função do assistente social, no âmbito dessa instituição.

No terceiro capítulo são apresentados os pressupostos da implantação do núcleo da CEAPA em Feira de Santana, bem como a sua estruturação e funcionamento, baseado em análises documentais e na observação do campo, também traz uma análise do perfil socioeconômico dos ingressos na instituição, e uma breve descrição do trabalho da Assistente Social.

O quarto capítulo traz uma análise dos efeitos da implantação do órgão no processo de cumprimento das penas e medidas alternativas na cidade de Feira de Santana, levando em consideração a opinião dos integrantes da rede de aplicação das penas e medidas alternativas (cumpridores, órgãos jurídicos e instituições de fins sociais)

I INTRODUÇÃO HISTÓRICA A FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO E A CORROBORAÇÃO DO SISTEMA PENAL.

Antes de entrar nessa temática é se faz necessário frisar que é de suma importância, a compreensão sobre o surgimento da questão social brasileira, e de que forma o estado, tratou o enfrentamento dessa questão ao longo do percurso histórico capitalista. Segundo Fernandes (2006) A sociedade brasileira, é marcada pela implantação tardia do capitalismo. característica essa que pode ser constatado a partir da análise de que é uma sociedade que, por conta da correlação de elementos macroestruturais, foi estruturada no envolvimento de uma relação paternalista, conservadora, e acima de tudo, que dependia da força produtiva, em sua maioria, de origem escrava.

Essa sociedade, em seu estágio colonialista, iniciou um processo de acumulação de riquezas, fazendo contraste com sua estrutura política, social e econômica, contraste que é constatado a partir da percepção de que esse mesmo processo foi engendrado no contexto europeu, onde a estrutura política e econômica do estado, e as relações sociais, favoreceram ao desenvolvimento do mesmo (Fernandes, 2006), ou seja, as relações históricas do país não o direcionou, a implantação de um capitalismo que de fato, gerasse os efeitos, que o mesmo propiciou a Europa pós-feudal.

Para se apreender um pouco sobre a formação jurídica do país, é necessário contextualizar a dinâmica dessa sociedade, e suas particularidades estruturais, para compreender como essa correlação de objetivações, “forjou” as expressões da questão social brasileira, e as moldou para que fosse particularmente complexas, em relação aos países centrais do capitalismo, essa contextualização serve, também, subsidiar uma análise da gênese e dinâmica das políticas públicas brasileiras, e traz alguns insumos teóricos, sobre a estruturação da prática jurídica do Brasil.

1.1 O estado no período colonial

Nas primeiras décadas do capitalismo brasileiro, como ressaltado anteriormente, o país passou por várias transformações, sofrendo drásticas mudanças, pois era estruturado com base

no colonialismo, e sua estrutura “dependente” de um país europeu (Portugal) não o permitiu desenvolver-se no moldes dos países centrais ao capitalismo daquele tipo específico, ou seja, baseado na dominação burguesa local. “os portugueses tinham construído um enorme país dotado de unidade territorial, lingüística, cultural e religiosa. Mas tinham também deixado uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária, um Estado absolutista.” (Carvalho, 2002, p.18)

Florestan Fernandes (2006) afirma que a base estrutural do capitalismo brasileiro, não permitia definir que estava se formando uma burguesia nacional de fato, pois a aristocracia não conseguia acumular capital nos moldes burgueses, além do fato de não existirem os burgos, e também, existir uma estrutura monocultora, o país não passou por uma configuração⁴feudal

A colônia, por pertencer a Portugal, pagava tributos aos grandes grupos econômicos europeus, e a coroa portuguesa, fazendo com que fossem os citados, que tivessem a característica de burgueses, expropriando a riqueza produzida pela colônia, transformando os senhores de engenho em simples prestadores de serviços remunerados dentro do sistema, quando se é levado em consideração os moldes capitalistas, isso os colocava como trabalhadores, a serviço do grande centro, que no caso era Portugal.

Aquele estava inserido num processo de mercantilização da produção agrária; todavia esse processo só aparecia, como tal, aos agentes econômicos que controlavam as articulações das economias coloniais com o mercado europeu. Para o senhor de engenho, o processo reduzia-se, ou seja e simplesmente, à forma assumida pela apropriação colonial onde as riquezas nativas precisavam ser complementadas ou substituídas por trabalho escravo. Nesse sentido ele ocupava uma posição marginal no processo de mercantilização da produção agrária e não era e nem podia ser antecessor do empresário moderno ele se singularizava, historicamente, ao contrário, como um agente econômico especializado, cujas funções construtivas diziam respeito à organização de uma produção do tipo colonial, ou seja, uma produção estruturalmente heteronômica. (Fernandes, 2006, p.32)

Heterônoma essa, que era assegurada pela forma política desenhada e alimentada pela coroa, em que se era determinado como ofício dos funcionários, a fiscalização das ações socioeconômicas desenvolvidas na colônia, ali se desenhava também, um tipo de estado onde prevalecia à troca de favores, e a indicações para cargos cruciais, pela coroa portuguesa, e a manutenção da condição de colônia ao Brasil, isso facilitava o monopólio sobre o produto

⁴A produção feudal é caracterizada pela partilha do solo entre o maior número possível de súditos. O poder de um senhor feudal, como o de todo soberano, não se baseava no montante de sua renda, mas no número de seus súditos, e este dependia do número de camponeses economicamente autônomos. (Marx, 1996, p.343)

oriundo da matéria prima, e recolhimento dos tributos, ao mesmo tempo em que servia como elemento neutralizador de protestos (o que não quer dizer que não houveram conflitos) vindos por parte da população. Faoro ressalta que na época era "o cargo público, instrumento de amálgama e controle das conquistas por parte do soberano." (Faoro, 2001)

A REDE FISCAL da Coroa se confunde com a direta apropriação de rendas, com os monopólios e concessões. A economia, por uma ou outra forma, obedece à regência material do soberano e seu estamento, em intensidade que ultrapassa os modos modernos de intervenção do Estado ou as interferências limitadas da concepção liberal. Tudo parte das origens: o rei é o senhor das terras, das minas e do comércio, no círculo patrimonialista em que se consolidou e se expandiu o reino. O pacto colonial não é mais que a expressão global do tipo de Estado dominante em Portugal. (Faoro, 2001)

Seguindo essa tendência, o mercado interno pouco interferia nas relações de exportação da matéria prima que era originada pela colônia, e na apropriação do capital que era gerado nessa transação. A agricultura de subsistência não se expandiu isso acentuou mais ainda o processo de estratificação social, pois, enquanto a massa dos opulentos e fidalgos se aliavam ao estado de orientação portuguesa, a miséria rondava a colônia e os pequenos produtores, dependentes desse tipo de atividade econômica.

Era uma espécie de expropriação da produção nativa, em detrimento do capital acumulado pelo mercado financeiro internacional, que gerou desgaste econômico, e social para a colônia. Essa estrutura fiscal controlava a dinâmica social econômica e política, impedindo a estabilização da econômica, e, também, sugando a riqueza, através de seus pesados e repetitivos impostos sobre ouro, gado, açúcar, etc.,

Nesse período a legislação vigente na colônia, era a mesma de ⁵Portugal, havia uma influência muito grande da Igreja católica, na definição dos tipos de crime, e todos que subvertessem a ordem vigente estariam sujeitos a punições severas, não considerando o caráter humano da vítima, os atos considerados crime, eram “meramente”, uma subversão aos valores religiosos e despóticos da coroa portuguesa, não considerando o crime como resultado de uma relação complexa entre elementos sociais econômicos e políticos.

Muitas vezes eram aplicadas até pena de morte aos indivíduos como descrito na citação abaixo⁶

⁵Ordenações Filipinas disponível em <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/>> acesso em 02 de abril de 2013 as 16h12min

⁶Essa citação de Matos, foi reproduzida diretamente do livro V das Ordenações Filipinas (Matos, 1998)

- .Pena de morte: natural, natural para sempre, cruelmente e pelo fogo.
- . Açoites.
- . Degredo para galés, perpétuo ou temporário
- . Mutilações com requintes de crueldade
- . Queimaduras com tenazes em brasa.
- . Confisco de bens
- . Multa. (Matos, 1998, p.2)

Vale salientar também, que havia alguns crimes que eram estabelecidos com base nos valores da família tradicional cristã, como por exemplo, no título XIII onde esse tipo de pena era aplicada aos “que cometem pecado de sodomia, e com alimárias” ou no título XIV que era aplicada ao “Infíel, que dorme com alguma Cristã, e o Cristão, que dorme com Infíel”, esses trechos denotam a influência do poder político da Igreja católica, que apesar de sofrer o contraste do iluminismo. Ainda podemos citar no livro V algumas partes que dizem respeito à punição de quem seguisse outras religiões como a Judaica, Mulçumana, etc. Demonstrando sua completa influência político religiosa do catolicismo. Isso perdurou até o fim do Brasil colônia e Início do primeiro reinado.

Alem disso, a população nativa não era considerada como pertencente à espécie humana, para os colonizadores, esse povo só o seria, a partir do momento que fossem catequizados, porem essa população não queria ver destruídos o seu modo de vida, a sua adoração religiosa, e havia resistência armada. Mas com a tecnologia bélica aliado ao avanço técnico das formas de dominação do estado europeu, houve muitas mortes, praticamente, uma dizimação nativa, afim da conquista do novo território, e catequização (humanização) dos povos, para que os mesmos tivessem capacidade de habitar, mesmo que explorados, um contexto social, tido como modelo, pelos exploradores portugueses (Dutra, 2011)

1.2 Período Imperial e a formação de um estado nacional

No Período Imperial, quando os grandes latifundiários começaram a ganhar força, tendo em vista a queda brusca no preço do açúcar (crise da economia açucareira), surgiu à necessidade de uma nova estruturação dos moldes econômicos, visando o fortalecimento do mercado interno, graças à força que o café ganhou no mercado internacional, isso favorecera a formação de um estado nacional, e a “intensificação concomitante do desenvolvimento urbano a expansão de novas formas de atividades econômicas” (Fernandes, 2006, p.44)

exigidos nesse processo. E seguindo essas exigências, houve também, reestruturação dos moldes jurídicos, para a regulação dessa nova configuração social, pois como afirma Yamamoto e Carvalho (1998) à produção material, acaba determinando a reprodução social, que vai se moldando conforme as exigências de acumulação do grande capital, ou seja, Capital e relações sociais capitalistas implicam em uma unidade na diversidade, um se expressa no outro.

Transformações essas que marcaram a transição para a sociedade nacional e que abrange duas fases “1ª) a ruptura da homogeneidade da “aristocracia agrária;2ª) o aparecimento de novos tipos de agentes econômicos, sob a pressão da divisão do trabalho em escala local, regional ou nacional” (Fernandes,2006,p.45).A partir daí os grandes senhores rurais se espalhavam pelas cidades, destruindo o velho cenário conservador, dos grandes latifúndios,disseminavam-se os valores liberais de compra e venda de mercadorias e mão de obra livre,sobre a velha e estanque dominação dos senhores de engenho , sob influência das grandes metrópoles, e o surto de urbanização e organização social , econômica e jurídica das cidades. “Por aí se deu o solapamento progressivo do tradicionalismo vinculado á dominação patrimonialista e começou a verdadeira desagregação econômica social e política do sistema colonial” (Fernandes,2006,p.45). Mas vale salientar, que essa formação começou a ser corroborada, muito antes da extinção da escravidão, impulsionada pelo surto econômico do café e pela imigração, ou seja, houve uma progressão econômica, sem a inserção dos indígenas e dos escravos oriundos do continente africano,que seriam a massa de trabalhadores, excluídos do processo de partilha de bens , e obtenção de garantias estabelecidas juridicamente (Carvalho,2002).

Faoro (2001) faz compreender que um fator de pressão, determinante para o “fim do pacto colonial” foi que a vinda da família real portuguesa, para a já extinta colônia e contemporâneo império, sob forte influência do domínio francês, que moldava os ideais do capitalismo central, e logo depois substituído pelo domínio inglês que ganhara força com a Revolução industrial que estava em curso. A Família Real continuara com suas ações de moldar a estrutura do estado, para continuarem a ser financiados pela tributação na circulação de mercadorias do império, garantindo privilégios aos seus aliados, concedendo títulos de nobreza, e proporcionando a eles um sustento confortável, tendo como base essa mesma tributação. Isso provocou revoltas e protestos por parte dos produtores e comerciantes locais ,porem elas foram neutralizadas pela própria estrutura estatal.

Segundo as afirmações do mesmo autor a Família Real procurou implantar traços da sua cultura, seu modelo de dominação estatal, sua forma política e jurídica de conduzir o estado, estabeleceu a abertura dos portos, para favorecer o estabelecimento dos modelos ingleses de conduzir a economia, "modernizando-se". Também se firmava o seu estilo de vida opulento que implantara uma nova moral elitista no império e que atraiu os grandes proprietários rurais de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais (que mais tarde se tornara o centro da economia nacional), além da já citada exclusão dos escravos (Mão de obra mais utilizada no período), e também da classe média, que segundo Faoro, se via excluída do processo de tomada de decisões, e também sufocada pelo sistema tributário imposto pela coroa portuguesa.

O Reinado adotou o "O Código de Processo Penal, a mais avançada obra liberal e a mais duramente criticada nos dez anos seguintes, deu fisionomia nova aos municípios, habilitando-os a exercer, por si mesmos atribuições judiciárias e policiais" (Faoro, 2011) dentre as mudanças relevantes, pode-se citar a concessão ao ⁷Juiz de paz, de poderes ilimitados, que, por conveniência, eram exercidos em comum acordo com a vontade dos grupos economicamente, dominantes.

Em relação às punições, o código Criminal do império de 1830 era quem estabelecia descrevia as formas de punição adotadas no período. Esse código trouxe a "sofisticação" à execução penal, pois abolia as práticas desumanas, de cunho religioso, como as variadas formas de intervenção adotadas, nas ordenações Filipinas, que eram desde ⁸suplicio, prisão, fogueira, apedrejamento público, etc. (Matos, 1998).

O Código previa a prisão com trabalho em quase todos os atentados contra a ordem pública. Os escravos recebiam as punições mais rigorosas: morte, galés e açoites. A privação de liberdade passaria a ser uma autêntica e própria sanção penal para substituir as penas corporais, a prisão como autêntica pena ingressava nos costumes brasileiros não como simples instrumento de proteção da classe dominante, mas também passaria a ser vista como fonte de emenda e de reforma moral para o condenado. (Pinto, 2006)

Esse código não preconizava apenas manutenção da ordem econômica, na sua aplicação de pena, mas também, a correção moral do indivíduo preso, a ponto do mesmo ser

⁷ "o juiz de paz com poderes de amplitude maior do que os traçados na Constituição" (Faoro, 21, s/p), fora reconhecido "como agente conciliador dos litígios, pré-instância judicial, autoridade eletiva destinada a aplinar divergências e a evitar conflitos (Idem)

⁸ Michel Foucault, em seu livro vigiar e punir, traz exemplos de como as penas eram aplicadas desde a idade média, e as transformações não só das penas, mas do que ele considera como outras formas de punição, a exemplo de Igreja, Escola, Exército, etc.. (Foucault, 2009)

“reinserido” da sociedade, porém, essa não preconização, não significou abolição desse tipo de interesses, e como característica de manutenção da ordem, versava sobre a consolidação da sociedade escravocrata, mantendo como pena de morte qualquer subversão cometida por indivíduos escravizados (Pinto, 2006)

Esse avanço jurídico permitiu uma configuração estatal, de características oriundas de idéias vigentes no período revolucionário francês, como liberdade, igualdade e propriedade, e que também, segundo Wolkmer (2004) respaldariam os direitos do homem egoísta, integrante da sociedade burguesa, voltado para si mesmo e para seu interesse individual. O apoio vindo das câmaras municipais auxiliava a aprovação, por parte do imperador, dos atos que determinavam a dinâmica estrutural do império, favorecendo a Hegemonia do rei, e dos seus seguidores, detentores dos cargos políticos. Essa autonomia cedida aos municípios permitiria a ação dos gestores locais, nas figuras dos grandes fazendeiros.

Nesse período, também, tomara desenho a nova configuração do estado brasileiro liberal, independente das amarras Fiscais da coroa portuguesa, e que precisava criar uma nova forma de condução social econômica e política do estado. Essa forma de condução havia de ser moldada pelos modelos predominantes na dinâmica dos grandes centros capitalistas, que nessa época seriam marcados pelo liberalismo econômico. Porém, como ressalta Fernandes,

Jamais ele poderia realizar o milagre de mudar a natureza social das elites senhoriais ou de colocar em outro contexto histórico a formação e a evolução de nossas instituições políticas. A transição da sociedade colonial á sociedade nacional iria desencadear e exigir processos históricos seculares (Fernandes,2006,p.62)

Para o autor, o ranço paternalista e escravista, estabelecido na época de colônia, não desapareceu apesar de a ideologia Liberal forjar esse desaparecimento, pois a força produtiva, nos grandes centros capitalista, eram, em sua maioria livre e autônoma, a fim de ser vendida como mercadoria, no processo de valorização do produto, expropriação dessa força de trabalho e estabelecimento do ⁹Mais Valia.

A historicidade da sociedade brasileira é uma barreira que caracterizou a sua estruturação, longe do processo de mobilização social das massas menos favorecidas pela dinâmica econômica, centralizando o poder e mantendo os mesmos grupos aristocratas, no comando político e econômico da sociedade brasileira, desenhando assim uma estrutura social,

⁹ Para Marx o processo do Mais – Valia, acontece quando o proprietário extrai horas de trabalho não pago e o transforma em mercadoria(Marx,1996,p.197)

extremamente verticalizada, onde as desigualdades sociais se supriam e se acentuavam¹⁰ “sem dúvidas, nenhuma revolução sepulta todo o passado de um povo, uma revolução que adquiriu conteúdo e conseqüências sociais por sua natureza política estava fadada a projetar antigas estruturas sociais em um novo contexto político ”(Fernandes, 2006, p.66)

1.3 Alguns fatores determinantes ao surgimento ascensão e queda da primeira Republica.

Dentre os fatores que influenciaram a queda da monarquia, pode-se citar o iminente risco, e posterior consolidação da abolição da escravatura, pois as relações econômicas estavam diretamente ligadas à estrutura escravocrata¹¹, desenhada ao longo dos anos:

Os escravos começaram a ser importados na segunda metade do século XVI. A importação continuou ininterrupta até 1850, 28 anos após a independência. Calcula-se que até 1822 tenham sido introduzidos na colônia cerca de 3 milhões de escravos. Na época da independência, numa população de cerca de 5 milhões, incluindo uns 800 mil índios, havia mais de 1 milhão de escravos. Embora concentrados nas áreas de grande agricultura exportadora e de mineração, havia escravos em todas as atividades, inclusive urbanas. Nas cidades eles exerciam várias tarefas dentro das casas e na rua. Nas casas, as escravas faziam o serviço doméstico, amamentavam os filhos das senhas, satisfaziam a concupiscência dos senhores. Os filhos dos escravos faziam pequenos trabalhos e serviam de montaria nos brinquedos dos sinhozinhos. Na rua, trabalhavam para os senhores ou eram por eles alugados. Em muitos casos, eram a única fonte de renda de viúvas. Trabalhavam de carregadores, vendedores, artesãos, barbeiros, prostitutas. O Estado, os funcionários públicos, as ordens religiosas, os padres, todos eram proprietários de escravos (Carvalho, 2002, p.19 e 20)

A massa de negros escravizados se constituía como parcela populacional, de fundamental importância para a estruturação da economia do estado nacional, parcela essa legalmente

¹⁰Apesar de descrita como revolução Fernandes Salienta que o estopim desse ato(no caso o grito do Ipiranga)foi estabelecido de forma amigável e inteligente, sem conflitos armados, pois todo o contexto, já confluenciava para a queda do Pacto Colonial.(Fernandes,2006,p.49)

¹¹ A partir dessa análise se pode ter uma idéia da fundamental influência da questão racial , no formação na dinâmica da questão social brasileira, pois esses escravos, libertos, porem, sem garantia de recursos que lhe trouxessem o mínimo subsídio para a sobrevivência, num sistema tão complexo quanto o capitalista brasileiro, que , enxergo como o reino da propriedade privada, onde quem não consegue adquirir bens, se torna mais marginal, dentro da estratificação social que também é característica do sistema.

reconhecidos como não humanos, estavam sujeitos a um tratamento reificador, por parte dos cidadãos o que em parte contribuía para a manutenção, quase sem custos, do sistema social e econômico no período imperial.

Para Carvalho, esses fatores, se apresentavam como força social para a manutenção dessa parte da população na subalternidade, sem educação, direitos civis, e sociais, era essa dependência de moradia, de alimentação que permitia a esses senhores absorviam algumas responsabilidades que por lógica teriam que ser do estado, permitindo-o que fosse mínimo para o social.

E a manutenção dessa estrutura social escravista, era uma idéia defendida pelos monarcas, que se mantinham no poder através do aval desses senhores de engenho, e da concessão de cargos públicos e títulos de nobreza (Faoro, 2001). Uma das estratégias fundamentais para a derrubada desse sistema de troca de favores, tendo em vista o poder absoluto, seria o abolicionismo, aliado a questão da liberalização da mão de obra, especulação que começou a frear o tráfico de escravos, e como consequência, não havia substituição, os que trabalhavam estavam velhos e sem força, o que culminou uma crise interna na produção e seguida de prejuízos econômicos para os donos dessa modalidade de poder.

Concomitante a isso, houve um surto de Industrialização que se iniciara com a abertura dos portos, e logo depois com os grandes investimentos em estradas de Ferro, houve a falência econômica de muitos fazendeiros, cresceram os empréstimos nos bancos, que com isso, fortaleciam a indústria da especulação financeira. O encarecimento dos produtos também proporcionou uma abalo, pois se os habitantes locais não possuíam emprego, não tinham como comprar o produto que necessitava para sua subsistência (Faoro,2001), esses e outros fatores contribuíram para a formatação da Questão Social brasileira, dentro da ordem mercantil de configuração economicamente, liberal.

Outro fenômeno se desenvolvia, também, nesse período, fazendo com que surgissem os meios concretos para a implantação da republica, foi à questão militar. O exercito, depois de um tempo de enfraquecimento político, enfrentado no império, ganhou o apoio da população, ao tornar acessível para uma grande massa da população, a oportunidade de se incorporar a instituição, e chegar ao oficialato, isso atraiu, dos diversos seguimentos sociais, o apoio, que com um correlação de diversos fatores, tornou o exercito, uma instituição com respaldo de garantir a lei e a ordem, não só no âmbito civil, mas também no político. A união a forças republicanas, e essa já enfraquecida marcha do império ,e a implementação da abolição,que trouxe a tona varias tensões da ordem social,aliada ao apoio dos aristocratas, fizeram culminar

a proclamação de uma república,estopim do fim do domínio português na dinâmica política brasileira.

Os fatores supracitados aliados ao movimento de confluência entre os partidos políticos¹² que ganhavam desenho no período imperial, e a insatisfação com a tentativa de concentração de poder, por parte do imperador e seus seguidores, fez brotar a idéia de Democracia, e esses fatores unidos a forte Influência do Liberalismo, culminaram no surgimento da República, “A Anacrônica tirania colonial, não sobreviveu”

O Marco Legal a república, foi a Constituição Republicana de 1891(Faoro, 2001) que modificava, em poucas partes ao Código de Processo Penal do império, a estrutura de poder político estabelecido, continuara a mesma, excluindo analfabetos, religiosos, mulheres de votar, e mantendo a elite, agora Aristocrata, e com sua configuração segmentada nos estados, no comando do poder econômico, político e social, uma alteração importante que essa constituição permitiu, foi o surgimento do Código Criminal da República

O código criminal da república, também significou uma mudança importante nas formas de punição, pois, extinguiu a pena de morte, e infamantes, e trouxe como forma de castigo, a pena privativa de liberdade, que antes, só era usada para anteceder por um determinado período, a execução dos subversores da ordem legal. Matos (1995) Afirma que esse código ficou conhecido no meio jurídico, como o pior código do mundo, pois, apesar de ter abolido a pena de morte adotava, segundo ele, os seguintes procedimentos punitivos:

- Prisão celular com isolamento e trabalho.
- . Prisão com trabalho obrigatório, prisão agrícola ou militar.
- . Prisão disciplinar e/ou correccional em estabelecimento industrial, para menores de 21 anos.
- . Reclusão cumprida em fortalezas, praças de guerra e quartéis militares.
- . Banimento.
- . Interdição (pena superior a 6 anos: perda de títulos, emprego, direitos)
- . Suspensão e perda de emprego.
- . Multa.

Esses aspectos serviriam para excluir o indivíduo da ordem social, degradando-os moralmente, a ponto de se extinguirem as condições para que esse punido restabelecesse sua vida social. E toda essa rigidez se dava por causa da mudança de composição da sociedade, Pinto (2006) afirma que com o fim da economia escravagista, mais de 70% da população estava com posta por ex-escravos e mestiços, e ainda emergia o fenômeno da imigração, para a autora, a elite política logo se preocupou em reformar as leis, para direcionar as formas de

¹² Partido Conservador, Partido Liberal e Partido Progressista(Faoro,2001)

punição , a massa negra e imigrante.

Em relação aos aspectos políticos, a confluência estatal que ali se iniciou, buscava copiar modelos importados dos Estados Unidos, França, porém, ao contrário desses países, que visavam desconcentrar o poder político, no Brasil a prática era conservadora, e visava à concentração do poder. Os estados sobre o comando de famílias e ou grupos, ganharam características coronelistas, com a predominância de São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul, e subserviência dos outros estados de menor poder econômico, essa correlação política, e o aval da União, que concedia aos estados dominantes, vários privilégios, que inclusive, permitiam a esses estados, extrair riqueza de sua população local. (Faoro, 2001)

Uma problemática oriunda das bases do desenvolvimento, que o país galgou, na época da independência, começou a vir à tona. O surto de industrialização, aliados ao problema da seca no nordeste, e a abolição da ¹³escravatura, que puseram em destaque, a questão social. Era um novo desafio, tendo em vista que a sociedade daquela época, em relação a sua força produtiva, havia se transformado de escravocrata para liberal, e o novo padrão de relações de trabalho, aliado a contradição que o mesmo se constituía do capital, repercutia com grande intensidade no âmbito social.

Nas relações de trabalho capitalistas, há demanda de uma estrutura que dê condições, tanto do explorador explorar, quanto do explorando ser explorado, ou seja, o aparato jurídico e político deveriam ser organizados, para assegurar que o trabalhador seja, praticamente, obrigado a trabalhar para o explorador, mesmo que em condições mínimas de sobrevivência, e as condições sociais devem ser favoráveis, para que o próprio trabalhador tenha esse mínimo garantido, e sua riqueza extraída, vá para as mãos do grande capitalista. Houve uma sensível necessidade de adequação a esses moldes, ou se não, como acontecia em todo o mundo, correria o risco de explodir uma revolução:

O mundo inteiro contra ele se reveste de forças morais, elevando as suas concepções da sociedade, revolucionando as suas leis, democratizando as suas constituições, entregando aos povos a solução dos seus problemas (Faoro, 2001).

Outro fator importante nesse período histórico foi o desenvolvimento da política dos coronéis, em que poder político, e econômico, e determinavam o rumo da política, dando

¹³ Faoro afirma que a Abolição significou na verdade um abandono dos libertos, pelos seus ex-donos, transformando-os em mão de obra livre, sem dar condições para eles se manterem como trabalhadores livres (Faoro, 2001)

forma ao sistema eleitoral e definindo, por si mesmos, e em forma de eleições fraudulentas (voto de cabresto) os rumos da política social brasileira, e da democracia, garantindo assim a continuidade da política das elites agrárias.

E dentro do processo de articulação desses fatores, descritos, o estado começa se desestabilizar politicamente, colocando em risco as bases econômicas e, especificamente na década de 20, os abusos cometidos pelos percussores da política coronelista, aliado ao descontentamento da população da federação coma política dos governadores, e os problemas sociais oriundos do processo de industrialização, culmina o fim da Primeira República. A combinação de fatores externos, como a primeira grande guerra, que ajudou a culminar a crise do café; A Revolução soviética, que alimentou o surgimento de movimentos anarquistas; a chegada dos imigrantes italianos que influenciaram na organização sindical; A grande crise de 1929 na bolsa de Nova York, e o descontentamento das elites, com apoio Militar dos movimentos separatistas do Exército, fizeram culminar a Revolução de 1930, essa revolução, em moldes políticos, proporcionou uma drástica mudança no rumo dos direitos trabalhistas e da industrialização no Brasil (Faoro, 2001). O Brasil entra num regime ditatorial denominado Estado Novo:

Moderniza-se o país — prolongando-se em outra nação —, ajustando, acomodando, seja na convulsão pombalina que prefigura a obra do Pedro russo, seja no trabalho obscuro e diário, com a mercadoria e a técnica inglesas. Nessa incorporação de retalhos, na qual se juntam peças anacrônicas e idéias de vanguarda, a conduta vai desde o macaquear imitativo até ao cuidado de dotar o país dos benefícios técnicos das nações adiantadas, com meios próprios de sustentação interna. O processo, todavia, em todos os níveis, gera mal estar íntimo, com os modernizadores atuando sob o pressuposto da incultura, senão da incapacidade do povo, e o povo sem convívio íntimo com aqueles, quebrados os vínculos de solidariedade espiritual. O processo de modernização, que reajusta o anacrônico e o informe à atualidade, atinge, na hora em que a base interna sente a consciência de um destino próprio, uma alteração, ainda de grau. (Faoro 2001,s/p)

Na análise de Faoro (2001), criou-se uma estrutura estatal, que protegia o processo de industrialização, tentando-o adequar aos moldes mundiais, dos países capitalistas centrais, e ao mesmo tempo em que se tentou fortalecer a nacionalização, o estado começou a ganhar força e determinar os rumos da economia.

E é nesse contexto que são forjados elementos sociais econômicos e políticos, que influenciaram na criação do sistema penal brasileiro, sobretudo a configuração das relações de poder político, que sempre apontaram para uma configuração classista, porem de sendo que os direitos estabelecidos sempre tendiam a garantir o exercício da cidadania de uma classe, em detrimento da opressão de outra classe.

1.4 Bases estruturantes do sistema penal moderno

O contexto de luta de classe fica mais evidente nesse período, e a estrutura estatal asseguraria os direitos da classe dominante, em detrimento do controle e opressão da classe trabalhadora

A constituição norteadora dessa época foi a de 1934, e posterior a ela instaurou-se o Estado novo, com a constituição de 1937. Dentro desse contexto, houve também a emergência dos movimentos operários, movimentos do operariado agrário, e o anarquismo, surgindo também à evidência da melhoria das condições de trabalho, influenciados, principalmente pelos imigrantes italianos (Carvalho, 2002) e dentro da própria política de fortalecimento dos padrões industriais, foram criadas garantias de ¹⁴ direitos aos trabalhadores, que segundo o autor supracitado, teve forte influência dos positivistas que seguiam prerrogativas teóricas de Augusto Conte, onde Patrões e empregados deveriam entrar em estado de cooperação, a fim de resolver os problemas oriundos da questão social, porém, com o controle estatal, até mesmo na formação das organizações representativas dos trabalhadores, era uma espécie de liberdade cerceada.

É nesse período também, que vendo a imigração, e a questão social crescerem, é que a elite econômica, tendo em vista o avanço do capital e as suas consequências, começou a legalizar os procedimentos que corroboraram o tratamento da questão social, como caso de polícia.

a implantação de uma ordem burguesa, associou a imposição da ética do trabalho ao controle social, onde a vagabundagem passou a ser tratada como assunto criminal. Nesse sentido, direcionou-se a repressão, a punição e o controle àqueles que sofrem com o preconceito social, especialmente negros e imigrantes, o contingente populacional pobre e estigmatizado. (Cancelli apud Pinto, 2006, p.95)

Seguindo essa tendência, ainda segundo pinto (2006):

¹⁴ Na área trabalhista, foi criado em 1931 o Departamento Nacional do Trabalho. Em 1932, foi decretada a jornada de oito horas no comércio e na indústria. Nesse mesmo ano, foi regulamentado o trabalho feminino, proibindo-se o trabalho noturno para mulheres e estabelecendo-se salário igual para homens e mulheres. O trabalho de menores não foi efetivamente regulado em 1932, apesar da existência de legislação anterior a 1930. No mesmo ano de 1932 foi criada a carteira de trabalho, documento de identidade do trabalhador, muito importante como prova nas disputas judiciais com os patrões (Carvalho, 2002, p.112)

O período do Estado Novo foi caracterizado pela censura e total ausência de liberdades individuais, tendo se constituído num estado policial, onde a prisão exercia um papel importante, pois pessoas da classe média e alta, opositores do governo foram misturados nas prisões aos presos comuns oriundos das classes baixas. O cerceamento da liberdade era um instrumento de poder da ditadura dirigido contra as ações e palavras de seus opositores (p.99).

E é dentro dessa perspectiva que surge o código penal de 1940, com a linha positivista e seguindo o ideal da liberal democracia. O elenco geral das penas no Código de 1940 era: a reclusão (cominada no máximo de 30 anos); a detenção (cominada no máximo de três anos) constituindo as penas privativas de liberdade, reservada a prisão simples, para a Lei de Contravenções Penais (lei 2.848/40 e 3.688/41); e a multa, que completa o elenco de sanções principais. As penas acessórias previstas eram: perda de função pública, interdições de direitos, publicação da sentença; enquanto que para as contravenções as penas eram: publicação de sentença e interdição de direitos. A prisão se tornou a sanção por excelência, mais de 170 hipóteses de ilícitos previstos no Código Penal são punidas com a detenção, enquanto em mais de 130 casos se aplica a reclusão (Pinto, 2006, p.99)

1.5 Período pré-ditatorial

Nesse período em que o governo de Vargas se instalou, usando do artifício de fortalecimento da democracia, ele se aproximou da massa trabalhadora, a fim de conquistar a opinião pública, fazendo comícios e algumas concessões, a fim também de se popularizar, tendo em vista que seu regime ditatorial estaria perto do fim, e que as eleições se aproximariam, foram várias campanhas pelo país, corroborando um período, chamado de *queremismo*, vindo do bordão, “Queremos Vargas”, estratégia essa que vingara, pois, após a derrubada de Vargas do poder, pelos seus aliados do tempo da ditadura, e a instauração dessas eleições, ele voltou ao poder, agora como presidente eleito (Carvalho, 2002).

Nos aspectos econômicos, o período foi marcado pela forte entrada do ideal capital-monopolista, com uma abertura excessiva, ao domínio estrangeiro, sendo o Brasil a parte pobre, explorada e atrasada, houve um fortalecimento do setor de exportação agrícola, abertura de espaço para que as empresas estrangeiras se instalassem por aqui, produzindo os seus bens de consumo, a um preço mais baixo, abertura de estradas de ferro, para escoamento da mineração (Fernandes, 2006).

Impulsionado por essa base constituída nos governos de Getúlio e Juscelino e Jânio nos 60, especificamente, o país passou por uma reestruturação nas características sociais, econômicas e políticas, o processo migratório do campo para a cidade aumentou, e a força produtiva, deixava de ser rural para virar urbana, a fim de conquistar o seu espaço na Indústria, após o crescimento dos setores urbanos a estrutura social, nas cidades, adquiria novas demandas.

Se é uma característica “positiva” na ação expropriadora do sistema capitalista, é que esse, instrumentaliza a classe menos favorecida economicamente, a se organizar, para fazer frente a essa exploração¹⁵. Esse período que se caracterizou como o de fortalecimento do capital estrangeiro, frente à dinâmica brasileira, e de afloramento da expropriação através da maquinofatura. Isso influenciou na eclosão de movimentos sociais organizados, uma confluência entre movimentos sindicais da cidade, a firmação dos ¹⁶movimentos do campo, emergência de partidos influenciados pela ideologia comunista, que nesse contexto se baseavam no que acontecia em Cuba e na China (Carvalho).

Porem em concomitância a essas mudanças, especificamente, em 1964, depois que surgiram rumores de que o governo brasileiro, no caso João Goulart, com suas propostas de reforma de bases, estaria de comunga com os comunistas, que na época ganhavam força na Europa e a América Latina, e os movimentos sindicais organizados as oligarquias e os Militares se articularam e corroboraram um golpe militar (Carvalho, 2002).

1.6 Estado totalitário e a contraditória concessão de alguns direitos sociais

Iniciava-se aí, um dos períodos mais duros da história brasileira, período esse que se caracterizou pela grande restrição de direitos civis e políticos, demissão e aposentadoria de

¹⁵ Em O Manifesto do Partido Comunista, Marx descreve como se deu a organização da classe burguesa revolucionária, a partir da exploração sofrida no período feudal, e que a mesma oprime com tanta força, o operariado moderno, que o mesmo vai corroborando seu conteúdo organizativo, a fim de instaurar uma nova revolução, que seria a revolução do proletariado. (Engels; Marx, 1996)

¹⁶ Em 1960, 55% da população do país ainda morava no campo, e o setor primário da economia ocupava 54% da mão-de-obra. Desde a abolição da escravidão, em 1888, o Estado não se envolvia nas relações de trabalho agrícola, se excetuarmos a lei de 1903, que teve pouca aplicação. Nem mesmo as lideranças de 1930 e o governo populista de Vargas tiveram vontade ou força para fazê-lo. Os trabalhadores agrícolas tinham ficado à margem da sociedade organizada, submetidos ao arbítrio dos proprietários, sem gozo dos direitos civis, políticos e sociais. Agora eles emergiam da obscuridade e o faziam pela mão do direito de organização e num regime de liberdade política.

professores universitários, repressão e morte frente aos movimentos estudantis, controle dos órgãos de imprensa, cassação de político opositoristas do golpe. Carvalho (2002) traz os seguintes dados relativos a esse período:

Entre 1964 e 1973 foram punidas, com perda de direitos políticos, cassação de mandato, aposentadoria e demissão, 4.841 pessoas, sendo maior a concentração de punidos em 1964, 1969 e 1970. Só o AI-1 atingiu 2.990 pessoas. Foram cassados os mandatos de 513 senadores, deputados e vereadores. Perderam os direitos políticos 35 dirigentes sindicais; foram aposentados ou demitidos 3.783 funcionários públicos, dentre os quais 72 professores universitários e 61 pesquisadores científicos. O expurgo nas forças armadas foi particularmente duro, dadas as divisões existentes antes de 1964. A maior parte dos militares, se não todos, que se opunham ao golpe foi excluída das fileiras. Foram expulsos ao todo 1.313 militares, entre os quais 43 generais, 240 coronéis, tenentes-coronéis e majores, 292 capitães e tenentes, 708 suboficiais e sargentos, 30 soldados e marinheiros. Nas polícias militar e civil, foram 206 os punidos. O expurgo permitiu as forças armadas eliminar parte da oposição interna e agir com maior desembaraço no poder. Órgãos estudantis e sindicais também foram alvo da ação repressiva. Existem dados apenas para as intervenções nos sindicatos ocorridas de 1964 a 1970. Foram ao todo 536 intervenções, sendo 483 em sindicatos, 49 em federações e quatro em confederações. Quase todas se concentraram em 1964 e 1965, indicação de que, eliminada a cúpula sindical, pouco restou do movimento. Quando recomeçaram as greves, em 1968, elas se fizeram a margem da estrutura sindical oficial, naquele momento voltada apenas para tarefas de assistência social. (p.165-166)

Observado esse panorama, têm-se a idéia de como “obscuro” foi esse período para a história do Brasil recente.

Esse também foi o período do chamado milagre econômico, onde o produto interno bruto cresceu radicalmente, chegando a níveis alarmantes, porém a política adotada a de arrocho de salários, e aumento de preços, expropriando cada vez mais da força de trabalho, em prol da manutenção das margens de lucros dos mais favorecidos economicamente, no sistema, Carvalho (2002) traz o fato de que esse aumento significativo do lucro dos mais ricos, em prol da estagnação dos mais pobres, combinado com a aceleração no desenvolvimento dos grandes centros, atraindo o movimento de migração e crescente número de desempregados.

A estratégia do governo frente a essa situação foi alargar os direitos sociais, incluindo na cobertura da Previdência aos trabalhadores que não faziam parte, a exemplo dos trabalhadores do campo, e das empregadas domésticas, criou o (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) para amparar os trabalhadores que eram demitidos, tendo em vista o fim da estabilidade nos empregos; BNH (Banco Nacional da Habitação) para facilitar a compra da casa própria, a trabalhadores de baixa renda; e como ponto alto das políticas sociais, foi criado o Ministério

da Previdência e Assistência Social, os únicos não privilegiados nessas ações foram os trabalhadores autônomos, além disso ampliaram o número de pessoas com direito a voto (Carvalho, 2002)

O golpe em primeiro momento (64 a 68) foi brando, sendo vetados os direitos dos sindicatos e assegurada uma reforma nos direitos sociais dos trabalhadores, como universalização da previdência, chegando aos idosos com mais de 65 anos e aos deficientes (Carvalho, 2002).

Já no período de 68 a 74, através da AI5 (Ato Institucional nº 5), o estado dissolvia os sindicatos e proibia qualquer referência ao Socialismo, controlava os meios de comunicação congelava os salários para assegurar o crescimento econômico (Carvalho, 2002). Ainda baseado em Carvalho, podemos citar que a crise do¹⁷ Welfarestate, que corria nos países centrais do capitalismo, também influenciou nas decisões relativas aos direitos sociais, a parcela da população que lutava contra o regime ditatorial e em prol dos direitos civis políticos e sociais, era extraditada, ostracizada, ou desaparecia sumariamente tudo em vista que os militares não sofriam qualquer forma de fiscalização, os juizes militares quem julgavam o publico civil, etc.

E essa configuração estatal permitiu com que as relações sociais fossem estruturadas conforme interesse dos grupos dominantes, baseando-se na opressão extremada, com pratica de procedimentos punitivos desumanos, e desaparecimento sumario de opositores ao ultimo regime ditatorial, marcado por episódios que até os dias atuais não tiveram fim, pois algumas dessas prática, ainda não tiveram punição.

¹⁷ welfare state pode ser compreendida como um conjunto de serviços de benefícios sociais de alcance universal promovidos pelo Estado com a finalidade de garantir certa “harmonia” entre o avanço das forças de mercado e uma relativa estabilidade social, suprindo a sociedade de benefícios sociais que significam segurança aos indivíduos para manterem um mínimo de base material e níveis de padrão de vida, que possam enfrentar os efeitos deletérios de uma estrutura de produção capitalista desenvolvida e excludente. (Gomes, 2006, p. 203)

II DEMOCRATIZAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO DO SISTEMA PENAL: O CAMINHO PARA O SURGIMENTO DAS CENTRAIS DE APOIO E ACOMPANHAMENTO AS PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS

Ao findar do primeiro capítulo, pode-se acompanhar alguns elementos presentes trajetória econômica e política ate meados do período ditatorial onde o país viveu um dos seus momentos mais sombrios na trajetória do estabelecimento dos direitos civis e políticos, nesse capítulo trataremos do surgimento da legislação que cerceia a aplicação das penas e medidas alternativas, assim como o surgimento e estrutura da instituição.

Para iniciar a discussão traremos alguns elementos que foram preponderantes para a ordem jurídica na época Pinto (2006) afirma que com a vigência do regime autoritário, e a necessidade de se dar base a essa repressão, o governo militar, propôs reformas da ¹⁸legislação penal com vistas a barrar qualquer movimento contrario a ditadura, para que não fossem estouradas revoltas, através desse ato, se justificariam alguns crimes bárbaros, extradições, ostracismo e prisão de líderes sindicais, ou quem esboçasse característica organizativa de cunho democrático. Porem essas ações também se depararam com um problema grave, é que os presídios no Brasil se encontravam superlotados.

Desse período também que data um estudo realizado pela comissão parlamentar instaurada pela câmara federal, que constatou os problemas, e que originou uma verdadeira reforma, nas execuções penais, provocando sucessivas reformas no código penal, até que fosse estabelecida a Lei de Execuções Penais, que é a Lei que realmente implantou a aplicação das penas e medidas alternativas no Brasil. Seguindo a tendência de abertura a redemocratização de o governo Militar do e tendo em vista o conjunto de medidas para o desenvolvimento de ações mais justas, Esse conjunto de medidas, culminou, em 1984 , na promulgação Lei 7.209/84 que trouxe grandes novidades, ao prever como penas restritivas de direito a prestação de serviço à comunidade, a interdição temporária de direitos e a limitação de fim de semana ,assim como as circunstancias em que tais penas seriam aplicadas como substitutivo penal, do artigo 43 ao 48. “Percebe-se, através dessa Lei, ter havido uma conscientização do legislador sobre a finalidade da pena e seu campo de abrangência”

¹⁸ Lei de Segurança Nacional (Decreto Lei 898) que estabeleceu penas gravíssimas para infrações políticas (morte, prisão perpétua e reclusão até trinta anos)

(Andery, 2002 p.94).

Os legisladores começavam a ver esse problema com cautela, pois o crime com menor gravidade, e que, provavelmente, não fere no cidadão a capacidade de viver em sociedade. Pois o mesmo, não poderia ser repreendido com o mesmo rigor que os crimes mais graves, tendo em vista que o sistema carcerário no Brasil, estava bem defasado, submetido a uma condição de superlotação. Outro aspecto, é que eram vários presos políticos, e intelectuais que compunham a classe média alta do país, motivo pelo qual o problema ganhou evidência (Carvalho, 2002).

Essa Lei descrita acima foi quem originou a Lei 7.210/84 (Lei de Execuções Penais) que normatizou o cumprimento das penas e medidas, a jurisdição penal dos juízes e tribunais, os direitos e deveres dos condenados, entre outras disposições referentes à execução, bem como a aplicação da pena de multa. A pena restritiva de direitos aboliu a pena de morte, adotada na ditadura, e seguindo a tendência europeia, e as recomendações da ONU (Organização das Nações Unidas), buscou outros meios de punição, que privilegiasse a integração do indivíduo aos parâmetros da ordem legal vigente.

Para Cardoso (2006) a LEP está pautada por ¹⁹teorias mistas onde a pena possui o caráter retributivo com finalidade, não apenas preventiva como também educativa e corretiva. Na LEP além das funções punitivas e corretivas, estão previstas ações assistenciais, pois por esse caráter misto, e dentro da perspectiva de educação, busca-se meios para que o sujeito reflita para além do processo penal.

A lei apresenta instrumentos que dão base à criação de alternativas para que o indivíduo crie condições de não se submeter ao ato que o “cooptou” a subverter a ordem legal. “A ‘assistência’ na LEP está enunciada em seu artigo. 11 se concretiza nas medidas de assistência material, à saúde, jurídica, à educação, social, psicológica, ao trabalho e à profissionalização, como exigência básica da conduta desviante” (Cardoso, 2006, p.58), vale salientar, que essas ações estão previstas aos presos, porém não asseguram a sua implementação, pois, para Cardoso (2006) a prestação desse tipo de serviço está sujeita a condições estruturais, em caso de cárcere, o que para ele, significa uma negação de direitos, pois se essas ações assistenciais são asseguradas a todos, deveriam ser disponibilizadas independentemente de qualquer fator, e por esse aspecto, ele define essas garantias como assistencialistas.

Mas para Pinto (2006), as coisas só ficaram no papel:

Contudo, o que se viu nos anos subsequentes, foi à timidez em optar-se pelas novas modalidades de penas, pois sem condições para operacionalização, pela

¹⁹ Segundo essas teorias, pune-se porque o indivíduo cometeu um crime e para que não volte a cometer. (Clivatti, 2008)

falta de vontade política, elas se tornaram inviáveis. Soma-se a isso, a preocupação dos juízes com o descrédito que iria gerar a não aplicação de uma pena “mais dura”. De igual modo, as diretrizes traçadas na Lei de Execuções Penais que visa “proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado” (art. 1º da LEP) nunca foram amplamente difundidas nas prisões brasileiras. A crise no sistema carcerário permanece até os dias de hoje e os direitos assegurados aos presos no Brasil nunca passaram de uma utópica promessa política (p.110)

E seguindo o viés da relação concessão X negação de direitos, entre os anos de 74 e 85, estava posta a promessa de que os direitos civis, políticos e sociais seriam devolvidos.

Nesse período também podemos ressaltar a formação e o fortalecimento do movimento sindical, em especial os metalúrgicos do ABC paulista, que agregaram forças e arrastaram multidões, em busca dos direitos trabalhistas, movimento operário do campo e a evidência dos sem terra, na busca de uma reforma agrária. A explosão de sucesso das músicas que criticavam a ditadura, a exemplo do movimento tropicalista. Graças à pressão dos mesmos. Os extraditados e ostracizados ganharam seus direitos civis e puderam retornar a sua vida social no país.

E em 85 quando a ditadura foi substituída pelas eleições indiretas para presidente e Tancredo Neves ganhou porém, o mesmo faleceu, assumindo assim o presidente José Sarney, houve muitas fraudes, se deflagrou, também, uma onda de protestos, pedindo as eleições diretas, que foram culminadas em 1992. (Carvalho 2002) Nesse período, também foi votada e aprovada a nova constituição brasileira, de 1988, resultante da pressão de vários movimentos sociais, e outros setores da sociedade civil, onde os direitos sociais foram ampliados e assegurados por lei, e veio à tona, a seguridade social e a participação popular nas decisões orçamentárias, em forma de conselhos, fóruns e conferências.

As características supracitadas contribuíram para o processo de democratização do estado brasileiro, e descentralização do poder administrativo do estado, em detrimento do empedramento da classe trabalhadora através do estabelecimento de alguns direitos, as ações macroestruturais, fundamentadas pela necessidade do resgate da dívida social, que apesar de enfrentada no ditadura militar, não tinha a intencionalidade de garantir a liberdade individual, ou seja, estavam a favor do fortalecimento de uma ideologia tirana e dominadora.

Em reflexo a essa novo quadro político, a justiça brasileira também acompanhou essa tendência de democratização, tomando como base princípios, ao invés de regras, o que pôs em cheque, no modelo penalista (Medeiros; Neto, 2010), a monopolização punitiva do estado

Este questionamento se torna possível com o paradigma do novo constitucionalismo em razão da exigência da Justiça Penal não mais preocupar-se com a plena realização de um Estado de polícia, ou seja, de vigilância e punição, mas sim com o Estado democrático de direito, comprometido com o reconhecimento, garantia e concretização dos direitos fundamentais constitucionalmente assegurados que, para o universo penal, sobrepõem as possibilidades de aplicação das penas e medidas alternativas (Medeiros; Neto, 2010, p.1690)

Como também traz a tona, a necessidade de paulatina desvinculação do modelo penal clássico, que trazia o cárcere como solução para os conflitos sociais. Para Medeiros e Neto (2010) essa perspectiva reformadora tem como norte a possibilidade de tornar esse modelo clássico (mesmo que utopicamente), em obsoleto e até mesmo em inaplicável.

Após um longo período de repressão, seguido da conquista de direitos, o país se deparou com um contexto completamente perplexo, pois, se de um lado a constituição garantira a abertura democrática, para a participação, mas abrangente dos atores sociais, o mundo globalizado passara por transformações oriundas de uma ideologia executada na Inglaterra pelo governo de Margareth Thatcher, e nos Estados Unidos, por Ronald Reagan e alimentada ideologicamente pelo ²⁰Consenso de Washington, prevendo uma redução da ação estatal, perante a dinâmica da sociedade, tendo em vista o resgate da ação da ideologia liberal, embora tivesse o mero status acadêmico, cerceava o âmbito político e econômico, Negrão (1996) resume as regras universais do Consenso de Washington, como as seguintes

(1) disciplina fiscal, através da qual o Estado deve limitar seus gastos a arrecadação, eliminando o déficit público; 2) focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infra-estrutura; 3) reforma tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos; 4) liberalização financeira, com o fim de restrições que impeçam as instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor; 5) taxa de cambio competitiva; 6) liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos a exportação, visando impulsionar a globalização da economia; 7) eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro; 8) privatização, com a venda de empresas estatais; 9) desregularão, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas; e 10) propriedade intelectual. (Negrão,1996,s/p) .

²⁰ Em 1989, no bojo do reaganismo e do tatcherismo, máximas expressões do neoliberalismo em ação, reuniram-se em Washington, convocados pelo Institute for International Economics, entidade de caráter privado, diversos economistas latino-americanos de perfil liberal, funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo norte-americano. O tema do encontro Latin America adjustment: how much has happened?, visava avaliar as reformas econômicas em curso no âmbito da América Latina(Negrão,1996).

Esse período se iniciou, com o fim da ditadura, através da política econômica de Sarney, que visava saldar a dívida externa contraída pelo estado, durante a ditadura militar, e que logo em seguida, com a chegada das eleições diretas, através do governo de Collor de Melo, que teve as características neoliberais mais profundas, segundo Negrão (1996), a abertura da entrada para o capital estrangeiro, privatização das companhias do estado, alta nas taxas juros, que mais tarde no governo Itamar Franco, e continuada por Fernando Henrique Cardoso.

Para o Social os rebatimentos foram cruéis, pois com a redução do poder de compra do trabalhador, orientado pela alta inflação, seguida de arrocho salarial, e significativa solapação das condições de trabalho, seguida de um alto índice de desemprego, aliados a diminuição do alcance das políticas estatais de combate as expressões da questão social, e flexibilização do orçamento, afim do enfrentamento das crises cíclicas do capital, em detrimento das políticas sociais

A ofensiva neoliberal montada pelo governo FHC, ao atacar de frente os direitos sociais sabota as políticas sociais através de dois mecanismos: via alocação de recursos e via manipulação de receitas. Desqualifica as políticas sociais, ataca o padrão de políticas sociais publica e imperativa com função democrático-reguladora e as subordinam a uma orientação macroeconômica, melhor dizendo, aos parâmetros mercantis (Guerra, 2005, p.3)

Dentro desse contexto conturbado de política econômica minimalista do estado, é que são criadas as leis 9.099/95, e 9.714/98, que são de fundamental importância para a legitimidade do trabalho de acompanhamento de cumpridores das transações penais. A lei 9.099/95 cria os JECRIM (Juizados Especiais Cíveis e Criminais). Essa lei avançou ao dar lugar a alternativas á pena de prisão no país Para Andery (2001) um aspecto de grande relevância social é a sugestão da suspensão condicional do processo, como também composição, através de reparação de danos causados á vítima e cobertura de custos relativos à transação penal , “possibilitando , dessa forma , soluções mais humanas , civilizadas, muito menos onerosas e que contribuam para a reintegração do homem em seu meio social e familiar” (p.96)

Foi essa lei quem, verdadeiramente, trouxe a aplicação de penas e medidas alternativas a nossa legislação, pois dentro do estado patrimonialista (Lima, 2004) as ações judiciais que abarcara o individuo de forma “igualitária”, só eram possíveis a alguns privilegiados políticos, ou aqueles que possuíam maior poder econômico. Para ele os JECRIM, apesar de não ser definido como tal, busca dar um aspecto de civilidade a aplicação da lei penal. Em parte essa civilidade é alcançada, por causa das alternativas oferecidas ao encarceramento , que contrapondo as práticas defendidas no direito penal clássico, que prevêm a privação indiscriminada da liberdade como solução para todas as chagas do sistema penal (Lima F.A.F, 2001). O JECRIM busca a solução para essas transações penais de forma mais ágil,

colaborando com a dinamização de processos, que anteriormente, mesmo com o julgamento da ²¹polícia judiciária, demandava de mais tempo para serem resolvidos.

Já a Lei 9.714/98 ampliou a aplicação das penas restritivas de direito, que antes eram praticadas para delitos mais leves. Antes o período de pena, passível a aplicação de restrição de direitos era de 6 meses a um ano . O que disciplinava a aplicação era “a Lei 7.209/84, que somente permitia a substituição para condenações de período inferior a um ano.” (Alves, 2008, s/p). Para Alves (2008) essa aplicação contribui para o estabelecimento das atividades fim da sanção, pois não permite que infratores primários, sejam condenados a privação de liberdade impedindo-os que se misturem com criminosos de alta periculosidade, além de a contribuir para a solução dos problemas de lotação nos presídios do país.

Lima (2001) afirma que a lei 9.714/98 transformou a aplicação das Penas alternativas, de acessória a obrigatória, característica essa adquirida com a ampliação das possibilidades de aplicação das penas alternativas. Ao aumentar o limite de aplicação dessa penas a delitos dolosos, com menos de 4 anos de condenação, e sem uso de violência ou grave ameaça, e permitir com que o juiz já faça essa substituição mediante o estabelecimento da pena, essa lei realmente deu efetividade a aplicação das penas e medidas alternativas

2.1 A criação das Ceapas no Brasil

A aplicação das penas e medidas alternativas ainda é uma prática nova no Brasil, porem são relevantes os resultados. No 12º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal realizado entre os dias 12 e 19 de abril de 2010 em Salvador-Bahia ,o sistema brasileiro de penas e medidas alternativas, teve seu modelo reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma das melhores práticas para redução da superlotação carcerária no mundo. A coordenadora do DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional) que é ligado ao MJ (Ministério da Justiça), que na época era a pernambucana Márcia de Alencar Araujo Matos, trouxe um panorama com estatísticas bastantes animadoras para o setor. De acordo com os dados, em 2009, 671.068 pessoas cumpriram penas e medidas alternativas, contra 473 mil pessoas presas no Brasil²².

²¹ Segundo Lima (2004) era que julgava os processos de menor potencial

²² Informações podem ser encontradas no site do Ministério Público do Paraná disponível em < http://www2.mp.pr.gov.br/cpdignid/telas/cep_b69_n_4.html > ultimo acesso em 01 de julho de 2013

Como a implementação de qualquer política, é cheia de desafios e ²³dilemas. Apesar das penas restritivas de direito já serem normatizadas desde a década de 80, não havia um órgão público específico para a mediação dessa modalidade de penas. Os indivíduos recebiam a sentença, e eram encaminhados diretamente a instituição onde iam cumprir a pena ou medida alternativa, Lima (2001) afirma que nos locais onde não existem um órgão específico para o apoio e acompanhamento dessa modalidade de pena, ocorre:

Uma verdadeira impunidade, pois se condena alguém a uma pena privativa de liberdade, converte-se essa pena em alternativa, remete-se à vara de execuções, o condenado fica solto, sem acompanhamento e o feito é prescrito, já que as varas de execução já se encontram assoberbadas de processos de presos e enfrenta enormes problemas com rebeliões, dentre outros. (Lima 2001s/p)

Em reflexo a situação, e também ao compromisso assumido no 9º congresso da ONU, ocorrido entre abril e maio de 1995 em Viena, em que o Brasil se comprometeu em ampliar as alternativas legais à prisão, começam a surgir às centrais de execução de penas e medidas alternativas (Lima, 2001).

Lima (2001) afirma que a primeira central foi criada em Curitiba (PR) em 1997, através da Corregedora-Geral de Justiça. Lá, a abrangência já era muito grande, já que trabalhava com suspensão condicional do processo, regime aberto, livramento condicional, além das penas alternativas. Em 1998, surgiu a central de Belém. Já no ano de 2000, o Ministério da Justiça no intuito de operacionalizar e criar mecanismos eficazes de fiscalização instituiu um órgão próprio para a execução do Programa Nacional de Apoio às Penas Alternativas, a CENAPA (Central Nacional de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas) subordinada à Secretaria Nacional de Justiça. A CENAPA, hoje CGPMA (Coordenação Geral do Programa de Fomento às Penas e Medidas Alternativas).

As ações da CENAPA consistiam em assessorar, informar, capacitar, estruturar e incrementar, através de recursos oriundos do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN), em todo território nacional, a instalação de equipamentos públicos necessários à fiscalização e ao monitoramento do cumprimento da execução das alternativas penais. (Gomes, 2008, s/p).

Gomes (2008) afirma que, no intuito de operacionalizar essas ações previstas, foram celebrados vários convênios com os estados, para a criação das CEAPAS (Centrais de Apoio e Acompanhamento a Penas e Medidas Alternativas). Respeitando a demanda e aceitação dentro das instituições estaduais como Tribunais de Justiça, as Secretarias de Estado, o

²³ Maioria deles oriundos das transformações macroestruturais, descritas anteriormente.

Ministério Público e a Defensoria Pública, e em casos excepcionais as ONG's . Essas ações garantiriam minimamente essa estrutura para a operacionalização da aplicação dessa modalidade de penas.

As CEAPAS são as instituições especializadas para realizar a aplicação e monitoramento da execução das penas e medidas alternativas. E seu corpo técnico como o programa “já previu que o funcionamento de uma central deveria ser desenvolvido por equipe multidisciplinar integrada por psicólogos, assistentes sociais, advogados e terapeutas” (Santos apud GOMES, 2008).

As penas e medidas alternativas permitem aos cumpridores a manutenção de suas atividades profissionais e o contato com a família, amigos e comunidade. Como consequência, desaparece o problema da ressocialização, diminui a estigmatização que persegue os “ex-presidiários” e preserva os apenados dos malefícios do cárcere. Por estas razões e pelo acompanhamento individualizado da equipe pluridisciplinar (psicólogo, assistente social e advogado). (Santos 2011, apud GOMES, 2008).

Vale ressaltar que essa equipe desenvolve um trabalho Multidisciplinar, pois através desse tipo de mediação, existirá a oferta de serviços adequados as diversas, demandas que poderão ser apresentadas pelos cumpridores. Segundo Fávero, Melão e Jorge (2011) o trabalho multidisciplinar pode trazer nova dimensão a um cotidiano que é quase sempre prejudicado pela pouca oferta de estrutura , em detrimento da demanda ,que geralmente é apresentada no cotidiano socio-jurídico. Para eles a reflexão obtida através da ação profissional dos Técnicos em cada especialidade, e em sua respectiva área , torna o fazer profissional , menos vulnerável ao imediatismo, tendo em vista que a instituição “neste caso é o *locus* de intermediação entre estado e a população que a ela procura” (p.32)

III CEAPA BAHIA NUCLEO DE FEIRA DE SANTANA BREVE HISTORICO

3.1 Surgimento

Em consonância com o Programa Nacional de Apoio às Penas Alternativas, em Fevereiro de 2002, foi implantada em Salvador, a CEAPA Bahia. Iniciou suas ações mediante convênio firmado entre o Ministério da Justiça (MJ) e Governo do Estado da Bahia, através da SJCDH (Secretaria da Justiça Cidadania e Direitos Humanos), e desta com o ²⁴Conselho Arbitral da Bahia com atendimento na cidade sede, e também às localidades da Região Metropolitana (Lauro de Freitas, Simões Filho e Candeias (CEAPA-BA,2010).Ela inicialmente foi mantida por recursos federais, oriundos no próprio MJ, e logo em seguida passou a ser provida por recursos estaduais (ILANUD,2006, p.128) .

Subseqüente a ela, houve também a criação dos núcleos das cidades de Ipirá, Jequié, Vitória da conquista, Ilhéus, Valença, Juazeiro, Teixeira de Freitas e Barreiras toda as entre os anos de 2008 e 2010. E em 28 de outubro de 2011 foi inaugurado o núcleo da CEAPA em Feira de Santana, respaldada na Lei n. 11.042/2008, que interiorizou o programa de apoio e acompanhamento às penas e medidas alternativas no estado da Bahia. O projeto , do núcleo de Feira de Santana também, prevê atendimento ao Território Portal do Sertão que é composto pelos Municípios de São Gonçalo dos Campos, Conceição de Feira, Santo Estevão, Ipecaetá, Antonio Cardoso, Anguera, Tanquinho, Santa Bárbara, Santanópolis, Coração de Maria, Amélia Rodrigues, Teodoro Sampaio,Terra Nova, Conceição do Jacuípe, Iará e Água Fria, porem, por algumas limitações estruturais, esse atendimento está limitado apenas ao município e os seus distritos .

Sob a gestão da ²⁵SEAP, a ²⁶ CEAPA Bahia núcleo Feira de Santana, é uma instituição que compõe o sistema prisional da Bahia, é mantida com recursos, exclusivamente, estaduais e tem por objetivo atender a demanda do cumprimento das penas e medidas alternativas em

²⁴ O Conselho Arbitral é o órgão responsável pela contratação dos profissionais que integram o corpo técnico, que são prestadores de serviço.(ILANUD,2006, p.129)

²⁵ Vale salientar que no ano de 2011, houve a criação da SEAP (Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização), que, em lugar da SJCDH , assumiu a gestão do sistema prisional da Bahia, e, conseqüentemente, da CEAPA Bahia.

²⁶ A CEAPA Feira está localizada na Rua Fernando São Paulo, há aproximadamente, 1,8 Km do Fórum Filinto Bastos ,onde estão situados a maioria dos órgãos jurídicos com quem mantém parceria .

Feira e na região do Território Portal do Sertão, assim como previsto na Lei 11.042/2008.

Esse núcleo é composto por 5 profissionais sendo que 1 coordenador advogado,1 advogada,1 psicóloga,1 assistente social,1 auxiliar - administrativo ,além de 2 estagiários de nível superior (Serviço Social) . O espaço físico, bem como o custeio das equipes, material permanente e de consumo é mantido exclusivamente por recursos do estado, de fonte 00, Ação - 4655, que prevê orçamentariamente a manutenção das unidades, garantindo a execução desta Política Pública (CEAPA, 2013, p.8). E, possui uma estrutura mínima para proporcionar aos cumpridores, o devido atendimento, tendo em vista as necessidades básicas exigidas no atendimento (sigilo nas entrevistas, acomodação de acompanhantes dos cumpridores, saneamento, etc.)

A CEAPA Feira de Santana encontra-se numa localidade estratégica devido às seguintes características:

A cidade é a segunda maior do Estado, com população de aproximadamente 520.000 habitantes, e atualmente com 556.642 , sendo considerada de médio porte, e por conta disso experimenta várias das problemáticas ocorrentes nas grandes metrópoles do país;

A economia do município é baseada principalmente em atividades agropecuárias, industriais (presença do CIS – Centro Industrial de Subaé) e comerciais;

A cidade possui extensão de 1.344 km² (sede municipal: 111 km²),na época (2007), e atualmente,1.337,988 Km², está localizada a 324 metros acima do nível do mar, em região de clima quente e úmido, constituindo-se em zona de planície entre o Recôncavo e os tabuleiros semi-áridos do nordeste baiano. Faz limites ao Norte com Santa Bárbara e Santanópolis, ao Sul com Antônio Cardoso e São Gonçalo dos Campos, a Leste com Coração de Maria e a Oeste com Anguera e Serra Preta. À distância para a capital baiana é de 108 quilômetros, sendo o acesso através da BR 324;

É considerada o entroncamento rodoviário mais importante do Norte-Nordeste, constituindo-se em pólo atrativo regional e de outras partes do país. Esse fator gerou implicações populacionais, uma vez que a migração contínua de pessoas causou uma expansão periférica desordenada na localidade, com as consequências vivenciadas por qualquer outro aglomerado urbano. ”(CEAPA 2007,P.6)

E numa localidade onde a herança cultural paternalista e escravista (Fernandes, 2006), onde a desigualdade racial e econômica é fator preponderante nos padrões das expressões da questão social, a criminalidade, vai sendo formatada dentro dessas características. A população usuária das instituições punitivas do estado se figura aos moldes, e a quantidade que a relação capital X trabalho, determina. Se não é pela pressão organizada por estruturas de movimentos sociais, é pela subversão da ordem legal vigente no estado, pois ontologicamente

o ser humano precisa realizar o trabalho para sua sobrevivência dentro de qualquer sistema econômico (Netto;Braz,2008) e as relações estabelecidas no envolvimento desse trabalho é quem proporciona tensões entre classes sociais.

3.2 A aplicação das penas e medidas alternativas no núcleo de Feira de Santana

Para melhor compreendermos a estrutura da CEAPA-BA, vale ressaltar que hoje na Bahia, além da Central em Salvador, a instituição conta com mais 10 núcleos (descritos acima), o que apesar de atender a uma grande parcela da população, não é suficiente para atender a demanda do estado, que tem uma população total de 14.021.432 habitantes distribuídas em 417 municípios.

Apesar dos projetos dos núcleos, preverem o atendimento dos municípios circunvizinhos, a falta de infra-estrutura reflexo da política com moldes neoliberais onde o estado minimiza a sua ação social, em detrimento do capital financeiro (Faria,2001), que limita a abrangência desse atendimento.

Penas e Medidas Alternativas, são aplicáveis a crimes em que a pena estabelecida tem período de curta duração, para crimes praticados sem violência, nem grave ameaça, tais como: uso de drogas, acidente de trânsito, violência doméstica, abuso de autoridade, desacato à autoridade, lesão corporal leve, crimes ambientais, contrabando, furto simples, estelionato, ameaça, injúria, calúnia, difamação, dentre outros, bem como a não reincidência em crimes dolosos, como previsto na lei 9714/98.

De acordo com as orientações da CEAPA Bahia, a aplicação dessas pena/medida se dá através de uma ²⁷rede, e os procedimentos adotados por essa rede são os seguintes: Os cumpridores são encaminhados ao núcleo através de ofício expedido pelos ²⁸órgãos judiciais, para cumprimento de transação penal, que poderá ser de:

- PP (Prestação Pecuniária)-é quando a sanção é revertida em pagamento de cestas

²⁷ Essa rede, que é constituída pelo próprio núcleo, as instituições não governamentais e/ou sem fins lucrativos, e os órgãos jurídicos, que são responsáveis pelo julgamento dos casos e encaminhamento dos ofícios.

²⁸ Os órgãos Judiciais emitem os ofícios, indicando a pena ou medida alternativa a ser cumprida, Até Julho de 2013 os órgãos parceiros eram Juizado especial criminal, Ministério Público Federal, 2ª vara Crime, Vara da Violência Doméstica.

básicas , e que segundo a lei devem ser doadas a entidades assistenciais, hospitais, escolas, orfanatos e outros estabelecimentos congêneres, em programas comunitários ou estatais.

- PSC (Prestação de Serviços a Comunidade) – é quando a sanção é revertida em horas de trabalho semanais e que serão executadas nas instituições com mesma finalidade social, que as supracitadas
- CP (Comparecimento Periódico) a sanção é revertida em proibição de frequência de alguns lugares determinados pelo juiz, nesse caso o cumpridor é obrigado a comparecer mensalmente ou bimestralmente na instituição para informar se houve alguma mudança na sua vida pessoal, como atividades laborais, composição familiar, necessidade de usufruto da rede socioassistencial.

Após a apresentação do ofício, o cumpridor é encaminhado à Entrevista Psicossocial. Se for cumprir PSC, é convidado a comparecer ao grupo de encaminhamento. Caso tenha que cumprir PP, é imediatamente encaminhado, recebe a documentação necessária na própria entrevista que pode ser realizada tanto pela psicóloga, quanto pela assistente social, e já pode iniciar a doação.

Em todos os casos é feita a entrevista psicossocial, porém, só há encaminhamento nos casos de PSC, pois é o único onde o cumpridor passará um período na instituição, prestando os serviços. Os comparecimentos são feitos no próprio Núcleo, oportunidade em que o Cumpridor responde um pequeno questionário, que visa colher informações sobre eventual mudança em suas atividades laborais e acerca do local onde possa ser encontrado. Caso haja um período de Prestação de Serviços como condição, os procedimentos de encaminhamento e fiscalização são os mesmos descritos. O Núcleo (qualquer profissional de nível superior ou estagiário) também acompanhará os casos de C.P , através de uma Ficha de Comparecimento elaborada para atender às exigências da Lei de Execuções Penais.

3.3 A Entrevista Psicossocial.

Se divide em duas etapas, a primeira feita por uma Assistente Social e a segunda por uma Psicóloga. Tal entrevista tem como objetivo a escuta desses cumpridores, favorecendo a expressão de sentimentos relacionados ao ato delituoso e uma avaliação que visa traçar o perfil de cada prestador, o que ajudará na adequação do seu encaminhamento. Acredita-se que a possibilidade do cumpridor falar sobre seus sentimentos, preocupações, medos, anseios, pode favorecer uma ressignificação do ato cometido e de suas conseqüências, no sentido de acrescentar um ou até dar um novo significado, a ação delituosa cometida. Significado esse, que viabilizará uma visão mais reflexiva ao indivíduo, após cumprimento da pena.

Essas entrevistas são individuais e absolutamente sigilosas, pois seguem os mandamentos da ética profissional. Nos casos em que o beneficiário manifeste uma demanda de acompanhamento psicológico, este poderá ser realizado no Núcleo durante o cumprimento da pena ou medida. Essa espécie de atendimento não visa tratar apenas questões relacionadas ao delito, processo ou pena/medida alternativa, já que o sujeito deve ser compreendido em sua totalidade.(CEAPA,2007).Vale ressaltar que apesar de usarem o mesmo instrumental técnico-operativo, os atendimentos são feitos separadamente por cada profissional.

Além desse atendimento inicial, a equipe técnica do Núcleo fica à disposição para prestar esclarecimentos e dar suporte social, psicológico e jurídico ao beneficiário durante todo o período de cumprimento da pena/medida alternativa. (Idem)

3.4 O Atendimento Jurídico

Este atendimento que a advogada presta, tange a parte burocrática,na elaboração dos ofícios e documentos necessários para a tramitação legal da execução das penas e medidas alternativas,enquanto tiver sobre a tutela do núcleo. Cabe destacar que por conta das suas atribuições ela acaba não tendo contato direto com o cumpridor, porem essa profissional, também está apta ,na ausência dos psicólogos e assistente social, a receber documentações comprobatórias do cumprimento das modalidades PP e PSC, (onde são necessários recibos e notas fiscais , e também relatórios de freqüência, devidamente registrados pela instituição onde as penas são cumpridas) e disponibilizar formulário de preenchimento, nos casos onde se é aplicado o comparecimento periódico

3.5 O Grupo de Fechamento

Reúne os Cumpridores que completaram a prestação de serviços à comunidade. É um espaço de discussão onde são abordadas as implicações psicossociais e o processo de ressignificação da pena ou medida alternativa aplicada. Os participantes falam sobre as atividades que desenvolveram e fazem uma troca de experiências muito positiva para seus crescimentos individuais, trabalhando também, a sua auto-estima e a possibilidade de extrair dos acontecimentos da vida oportunidades de crescimento individual, além de reforçar o compromisso social de partilhar, com as pessoas próximas, oportunidades de aprendizagem.(CEAPA,2010). Esse grupo é aplicado exclusivamente pela psicóloga.

3.6 A Entrevista Final

É um procedimento adotado após o cumprimento total de todos os PSC. No momento em que o beneficiário traz o último relatório que comprova sua frequência na instituição é realizada esta entrevista, que visa traçar os aspectos positivos e negativos que envolveram o cumprimento da pena/medida na concepção do beneficiário (CEAPA,2010). Essa entrevista que tem caráter investigativo, e fará parte de um banco de dados, que será armazenado no próprio Núcleo e servirá para possíveis constatações, afim do aperfeiçoamento dos serviços prestados.

Essas funções estão distribuídas em tabela a seguir:

Função	Atribuição
Advogado	<ul style="list-style-type: none">• O Atendimento Jurídico• Acompanhamento de C.P
Assistente Social	<ul style="list-style-type: none">• A Entrevista Psicossocial.• A Entrevista Final• Acompanhamento de C.P
Psicólogo	<ul style="list-style-type: none">• A Entrevista Psicossocial.• O Grupo de Fechamento .• A Entrevista Final• Acompanhamento de C.P

Tabela 1 Atribuições dos funcionários da CEAPA

Fonte: Banco de dados da pesquisa 2012

3.7 Perfil dos cumpridores do núcleo

Esse levantamento do perfil leva em consideração a população atual da cidade , que gira em torno de 542.476 (IBGE 2010), e que correm ²⁹ muitos processos no âmbito do fórum da cidade, que poderiam resultar em uma pena ou medida alternativa, agilizando a vida do litigado, e desonerando o próprio órgão jurídico

Essa pesquisa documental foi realizada com os dados dos 63 cumpridores ativos até

²⁹ Segundo matéria exibida no site g1 em 26.07.2012 , numa vistoria do CNJ, foi constatado que mais de 19 mil processos estão parados no fórum de feira de Santana < <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2012/07/mais-de-19-mil-processos-estao-parados-no-forum-de-feira-de-santana.html> >

14.09.2012, dados esses, contidos na entrevista psicossocial.

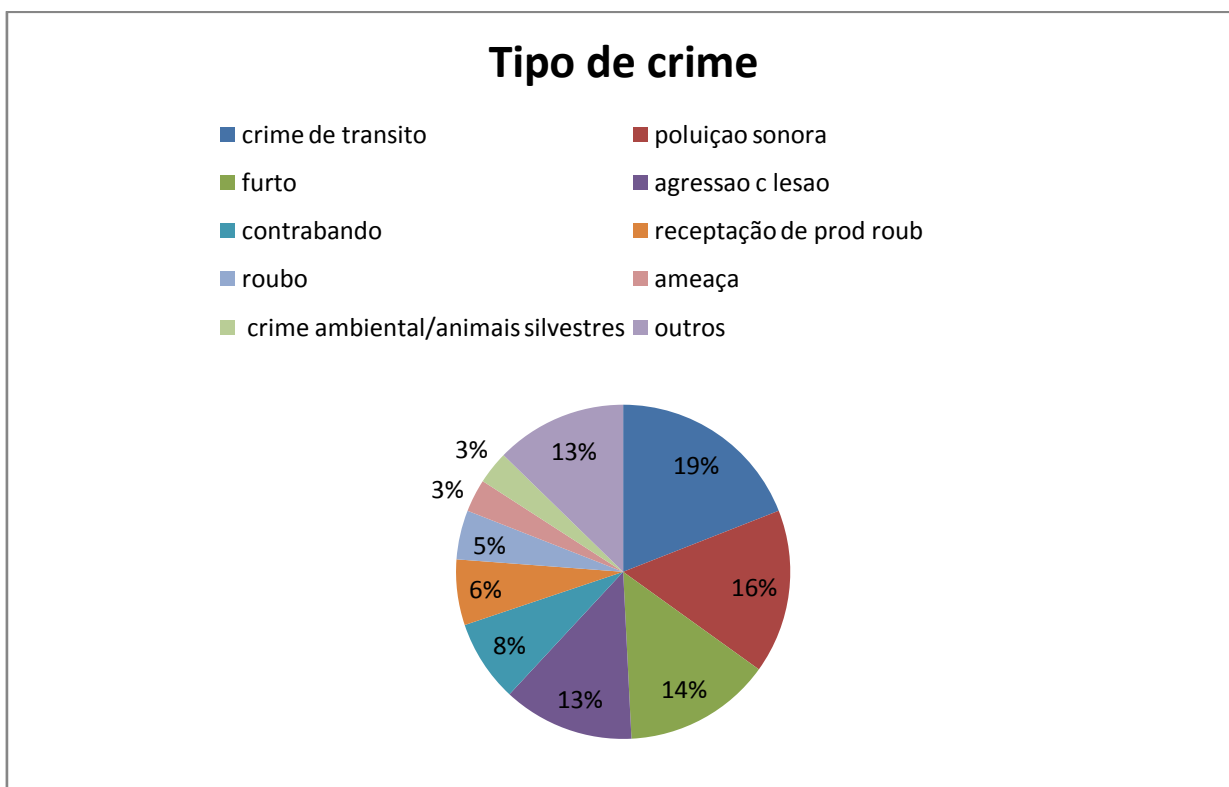


Gráfico 1 Tipo de Crime.

Fonte: Banco de dados da pesquisa 2012

O maior número de cumpridores, se envolveram de ocorrências no trânsito, geralmente os delinquentes estavam dirigindo sem habilitação, e ofereceram riscos a sua vida ou a de outrem, ou alcoolizados. A segunda maior causa do cumprimento dessa modalidade de pena, é a poluição sonora, onde, geralmente, os indivíduos subvertem regras estabelecidas em dois códigos, o de ³⁰trânsito, e o ³¹ambiental local. Como podemos constatar, o maior número de cumpridores está ligado a violações no Código de Trânsito Brasileiro, a Justiça, por assegurar que esses indivíduos não “oferecerem risco” a sociedade. Geralmente os encaminham para a Prestação Pecuniária; salvo os casos em que ele prova que não tem condições de pagar a

³⁰ **Art. 229** - Usar indevidamente no veículo aparelho de alarme ou que produza sons e ruído que perturbem o sossego público, em desacordo com normas fixadas pelo CONTRAN(CTB,1997)

³¹ “Art. 139 - Consideram-se prejudiciais a saúde, à segurança e ao sossego público, para os fins do artigo anterior, os sons e ruídos que: ... II - independentemente do ruído de fundo; atinjam no ambiente exterior do recinto em que têm origem, mais de 70 (setenta) decibéis - dB (A), durante o dia, e 60 (sessenta) decibéis - dB (A), durante a noite”(CMAFS,1992)

quantia sugerida.

Outro fato é que todos os indivíduos encaminhados pra CEAPA pela Vara Federal, cometeram o crime de ³²contrabando , e alem de estarem cumprindo a prestação pecuniaria, tem que prestar algum tipo de serviço a instituição beneficiada, e comparecer periodicamente ,para comprovar que o mesmo não saiu do cidade durante período determinado pelo julgador. Os demais crimes são trafico ou porte de animais silvestres sem devida autorização e ameaça, com duas insidencias cada, e jogos de azar, injuria, falso testemunho estelionato, dinheiro falso e aliciamento com uma insidencia cada(onde lê outros no grafico 1)

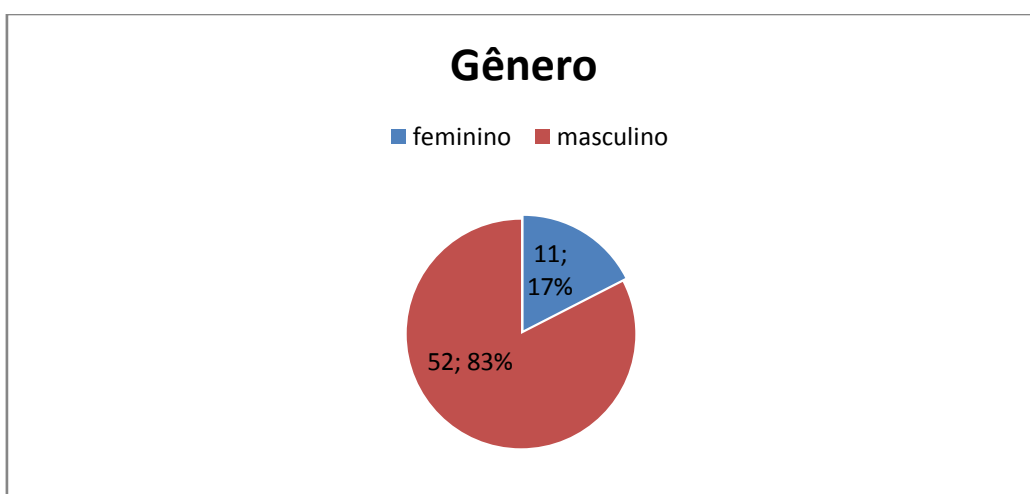


Gráfico 2 Gênero

Fonte: Banco de dados da pesquisa 2012

No gráfico acima se percebe que 52 cumpridores são do gênero masculino, existindo uma predominância quase que, enquanto que 11 são do gênero feminino. Podemos atribuir esses números as atividades as quais os cumpridores foram litigados, que historicamente são exercidas por homens (ver Figura 1).

³² “**Art. 334** - Importar ou exportar mercadoria proibida ou iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria”(Código Penal)

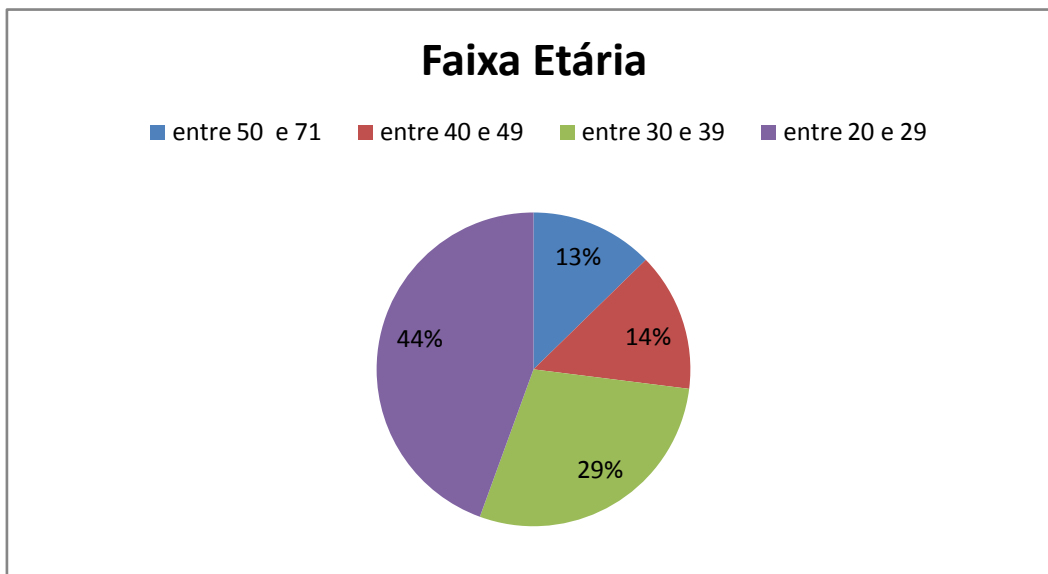


Gráfico 3 Faixa Etária

Fonte: Banco de dados da pesquisa 2012

No Gráfico 3 observamos que a maioria que cumpre as penas e medidas alternativas tem a faixa etária entre 20 e 29 anos seguido dos que tem entre 30 e 39, ou seja, indivíduos mais jovens, com ³³idade produtiva, o que pode refletir o lado positivo das penas, pois esses indivíduos não deixam de freqüentar o mercado de trabalho, por conta do cumprimento da pena

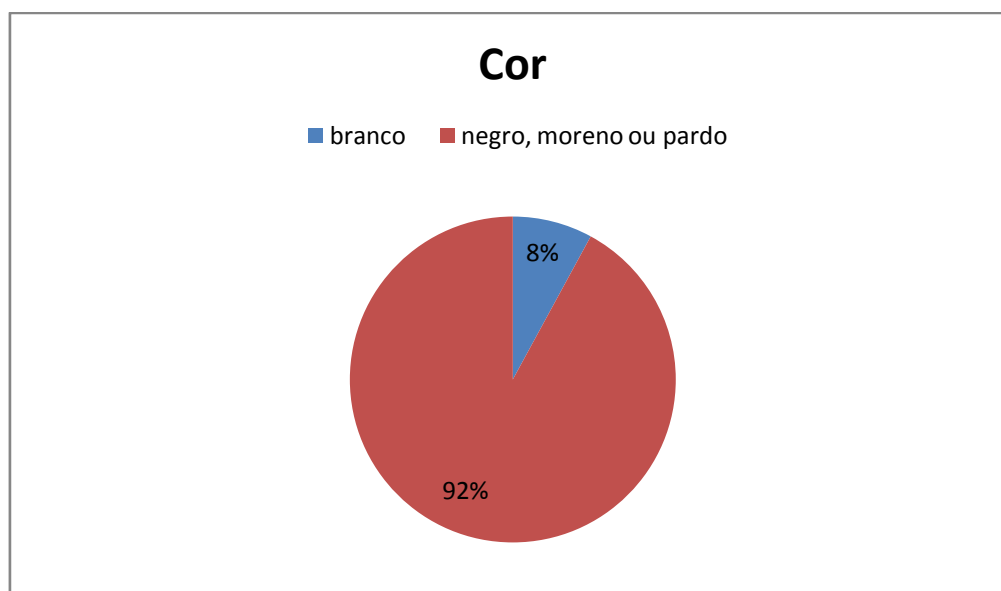


Gráfico 4 Cor

Fonte: Banco de dados da pesquisa 2012

No gráfico acima, observamos que 92% dos cumpridores se declaram negros, morenos,

³³ Compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo (IBGE).

pardos ou caboclos, o que reflete a situação populacional da cidade. segundo o IBGE , dos 556.642 habitantes da cidade de Feira de Santana 75,85 % é Parda ou Negra enquanto 23,07% é Branca (IBGE 2010)

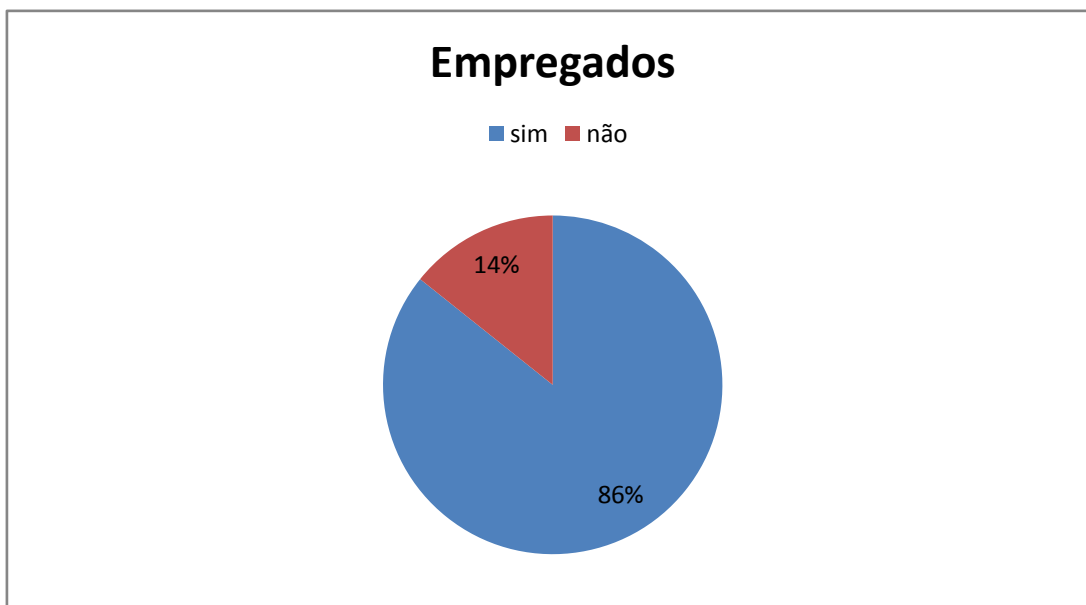


Gráfico 5 Empregados

Fonte: Banco de dados da pesquisa 2012

Já o número de empregados é relativamente alto, por conta de o grupo ser, em sua maioria, composto pela população economicamente ativa (assim como mostrado na figura 1), porém a maioria desses trabalhadores, está inserido no mercado informal.

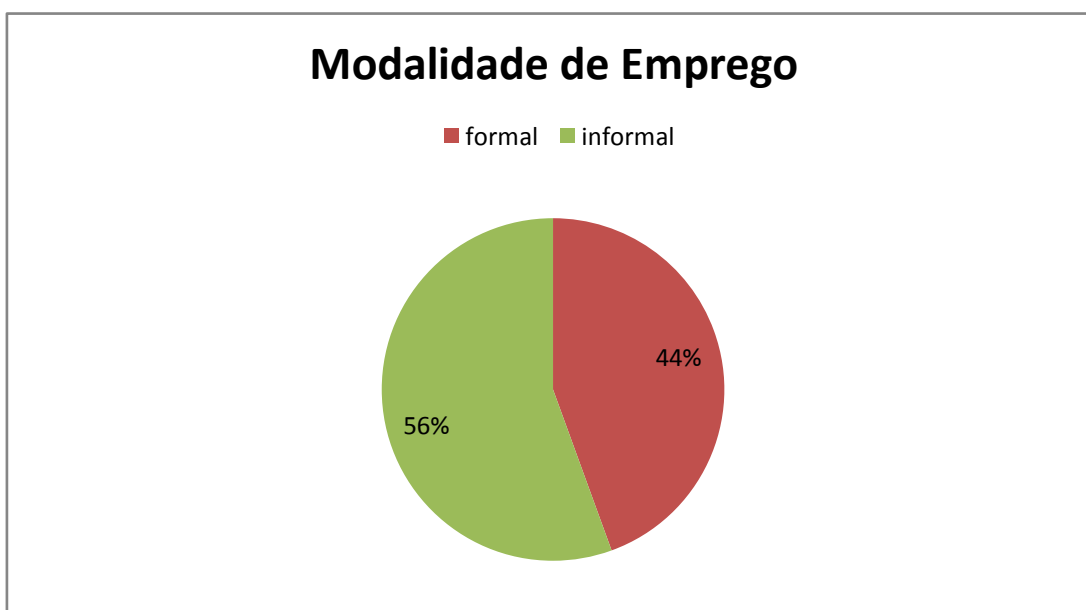


Gráfico 6 Modalidade de Emprego

Fonte: Banco de dados da pesquisa 2012

Dos 86% empregados, 56% são trabalhadores informais, o demonstrativo do gráfico acima tem relação direta com a questão da escolaridade (figura 7), que é “pré-condição necessária ao trabalho, associa-se assim ao desempenho de certas ocupações e mesmo de funções, sendo analiticamente usada como um indicador indireto e básico da qualificação profissional dos trabalhadores no mercado de trabalho” (DIEESE, 2011 p. 63). Por conta que o mercado de trabalho exige qualificação. E dentre esses critérios qualitativos, nível de educação formal do indivíduo é requisito básico, como esses indivíduos (maioria) não possui níveis tão altos de educação formal, também não conseguem uma colocação no mercado formal. pesquisas econômicas afirmam que “Alem do grande numero de trabalhadores informais existente hoje, este numero vem crescendo ao longo do tempo. A cada ano é menor o percentual de trabalhadores que contribui para o instituto de previdência e que possui carteira de trabalho assinada.” (ALMEIDA; MENDES; F).

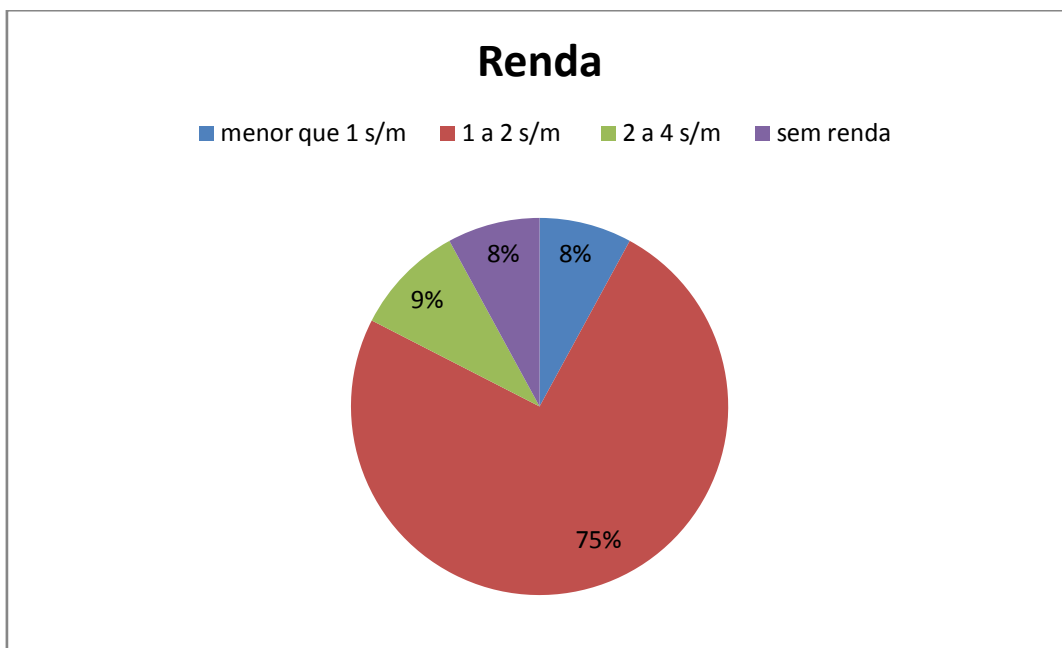


Gráfico 7 Renda

Fonte: Banco de dados da pesquisa 2012

A maioria dos indivíduos possui renda entre 1 a 2 salários mínimos, os formais, enfrentam essa situação de baixa remuneração, por conta da baixa qualificação profissional, oriunda do baixo grau de escolaridade, como ajudante de pedreiro, vendedores ambulantes, empregadas domésticas. Os informais, passam por uma situação aqui na pesquisa, não condizente com a realidade dessa modalidade de trabalho, como afirmam Almeida, Mendes e

Filho , por conta dos encargos que são inexistentes para algumas atividades informais, eles acabam tendo um ganho real bem maior.(idem) Acredita-se que por conta de que não hajam meios de se comprovar a renda,e como a pesquisa se passa com litigados, eles se intimidem enquanto a questão da renda, e só declarem um salário.

Já os que possuem renda menor que 1 salário mínimo, ou são desempregados ou donas de casa que dependem, exclusivamente, de bolsas concedidas pelo governo (Bolsa Família e etc.)

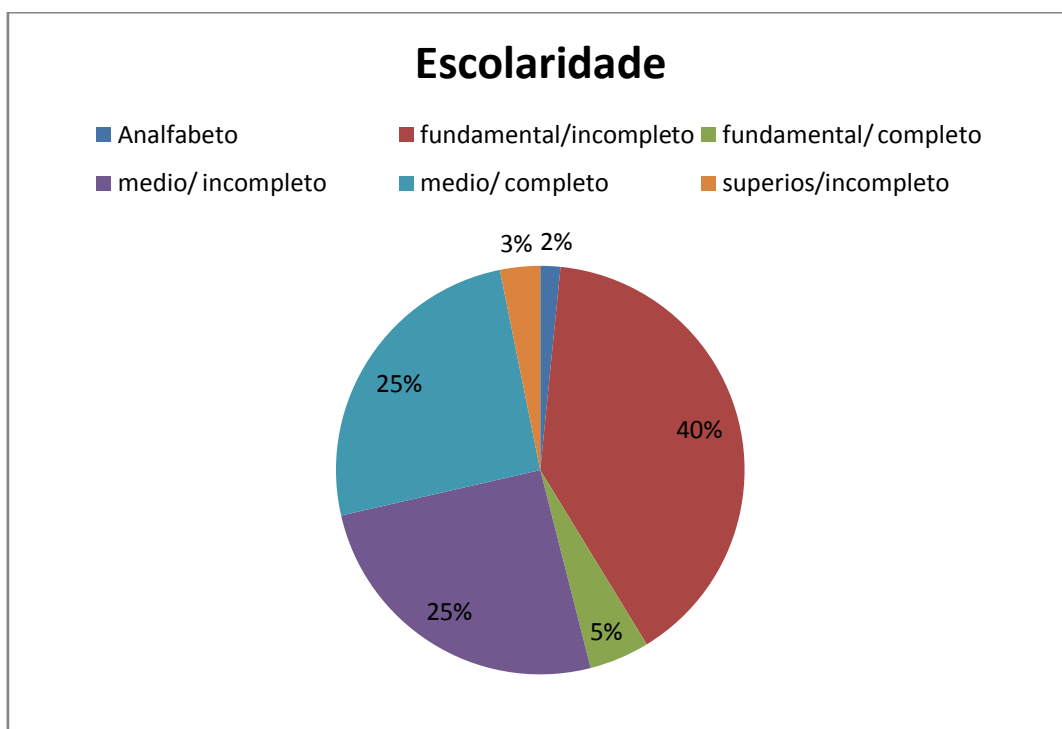


Gráfico 8 Escolaridade

Fonte: Banco de dados da pesquisa 2012

A baixa escolaridade se reflete na dinâmica da sociedade capitalista em que o mercado regula a sociedade , e o trabalhador cada vez mais cedo tem que freqüentar o mercado de trabalho, não dando atenção devida as suas próprias demanda , entre elas a educação, que como descrito nos parágrafos anteriores, é fator determinante ao posicionamento do individuo no mercado de trabalho, alem disso , é uma forma de barateamento do valor dessa mão de obra, privilegiando o chamado ³⁴mais valia

³⁴ Mais-valia forma o excedente do valor do produto sobre o valor dos constituintes consumidos do produto, isto é, dos meios de produção e da força de trabalho. (MARX 2008, p.324)

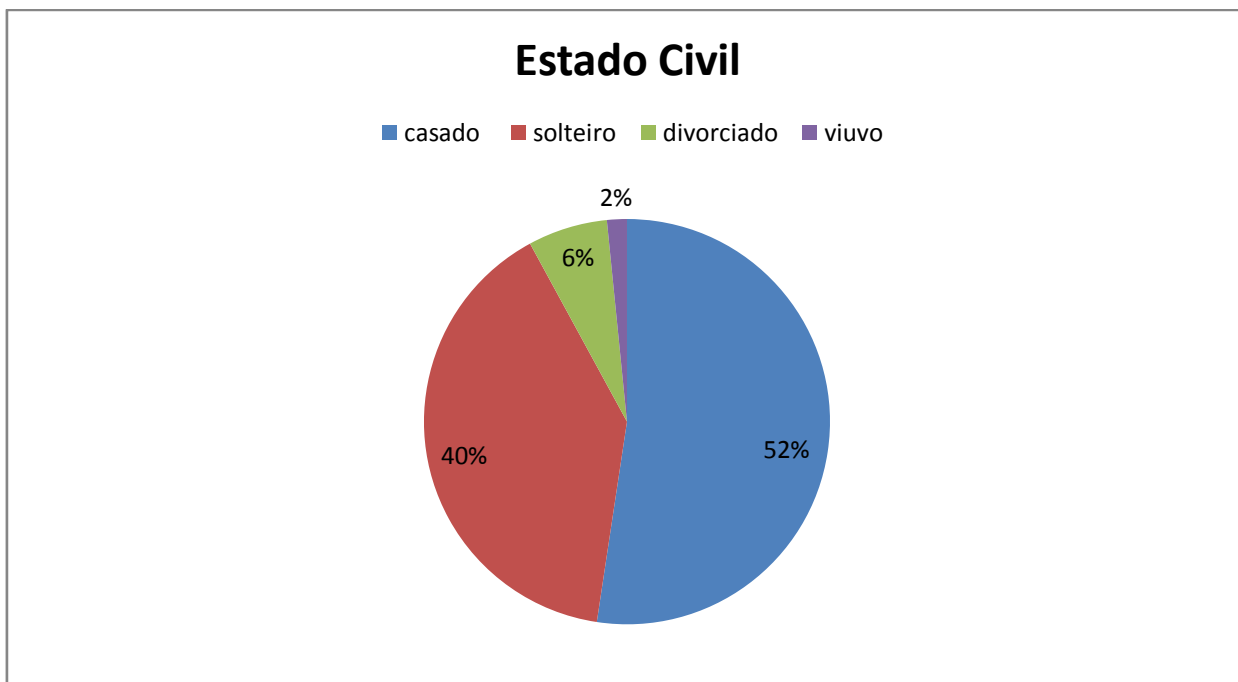


Gráfico 9 Estado Civil

Fonte: Banco de dados da pesquisa 2012

No gráfico acima percebemos que há uma divisão equilibrada entre solteiros e casados, divisão essa que, provavelmente se baseie na questão da idade dos indivíduos, apesar de serem muitos os casados, há um grande número de pessoas solteiras na país. A tendência é que pessoas mais velhas se divorciem ou fiquem viúvas.

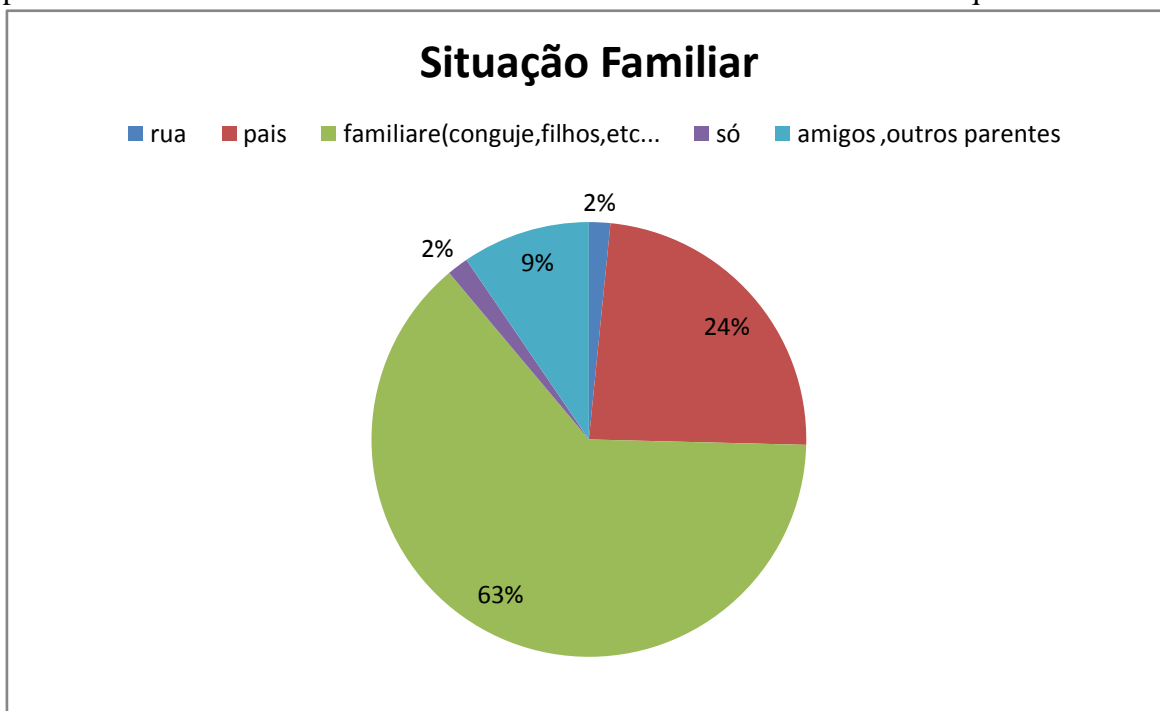


Gráfico 10 Situação Familiar

Fonte: Banco de dados da pesquisa 2012

É interessante avaliar a situação familiar, porque diz muito em relação à posição econômica do indivíduo, em relação a sua família, e ,como apresentado no gráfico , a maioria dos indivíduos exercem papel importante para o provimento da economia do lar , a maioria, por já ter constituído família , e ser independente dos pais, ou no popular “já terem saído de casa”. Mostrando mais um fator que indica que é um avanço a implantação da modalidade de pena abordada, no sistema prisional, pois não é necessário, tirar o cumpridor do seu convívio social, e conseqüentemente, não serão proporcionados prejuízos da ordem socioeconômica, na maioria das vezes, a essa famílias.

3.8 O serviço social na instituição

De acordo com a cartilha da CEAPA Bahia (CEAPA-BA, 2010) Do ponto de vista do acompanhamento, um dos objetivos do setor de serviço social é a criação de espaço para que os beneficiários, no momento de cumprirem a pena/medida alternativa, possam ressignificar a sua ação delituosa e sintam a importância desta nova ação pessoal em benefício da sociedade. O fortalecimento da autoestima, a oportunidade de manter uma atividade profissional que valorize suas habilidades pessoais, promova o exercício da cidadania e sua “ressocialização”, sem necessariamente estigmatizá-lo ou retirá-lo do convívio social, serão pontos a serem observados nesse processo. Historicamente no Brasil, o Serviço Social foi implementado no Judiciário, pois “enquanto profissão visa o atendimento a uma demanda representada principalmente por um quadro de desigualdade permanente da ordem social e conflito, situações que são comumente vivenciadas por pessoas que cumprem penas e medidas alternativas.”(Oliveira, 2011) Respalda em seu código de Ética Profissional e seguindo os princípios norteadores, de Liberdade e Justiça Social.

O Serviço Social no CEAPA é responsável por:

- Emitir Parecer Social- que , junto ao parecer psicológico indica se o cumpridor terá ou não condições de cumprir a pena ou medida, como também serve para traçar o “perfil” do cumpridor e embasar indicação da instituição a qual ele doará a prestação pecuniária, ou prestará o serviço comunitário ;
- Selecionar a instituição que estará apta a parceria com a CEAPA- o profissional averigua se instituição tem capacidade de comportar o cumpridor durante a sua permanência na mesma.;
- Realizar reunião de capacitação inicial das instituições- nesse ensejo são passados os procedimentos básicos que vão colaborar para o cumprimento da pena,bem como

serve para o representante da instituição conhecer as instalações e os funcionários e estagiários da CEAPA

- Realizar Visitas as Instituições – fiscalizar o cumprimento da pena no caso de PSC , como também, avaliar se as condições infraestruturais da instituição, continuam adequadas ao cumprimento dessa modalidade de pena. Realizar visitas de cadastramento da instituições parceiras na Rede Social— servem para legitimar a parceria
- Realizar reuniões de monitoramento periódico das instituições – como forma de qualificação e avaliação do cumprimento das regras por parte das instituições parceiras;
- Solucionar as adversidades geradas na relação entre cumpridores e instituições;
- Cobrar o cumprimento da pena/medida do cumpridor caso o mesmo se apresente em atraso - Deixando o cumpridor ciente de que ele tem suas obrigações perante a justiça, correndo o risco de revisão da pena.
- “Treinamento, avaliação e supervisão direta dos estagiários de Serviço Social” (Lei N° 8.662/93).

A inserção do Serviço social na instituição é importante pelo fato de o profissional ter embasamento para considerar, além do fato que levou o sujeito a subverter o ordenamento jurídico da sociedade em que ele está inserido, os fatores sociais e econômicos que o envolveram durante seu percurso histórico de vida, e que num movimento dialético, culminaram no cometimento de tal delito.

O Trabalho desenvolvido pela Assistente Social no Núcleo, dentro da equipe multiprofissional, tem como finalidade, proporcionar a análise crítica da realidade social dos cumpridores, numa perspectiva de totalidade, que ,segundo Netto (2009) significa “as diferenças dentro de uma mesma unidade. Mas, sem prejuízo da interação entre esses elementos, é dominante o momento da produção” (p.11), então, baseado nessa afirmação, deve-se compreender o profissional como o ator social, que agrega como um dos principais pressupostos metodológicos e teóricos, considerar as relações sociais do indivíduo , considerando-as nos variados aspectos, como econômico, social, cultural, etc. levando em consideração os aspectos macro e micro estruturais, tendo como base de dados as entrevista psicossocial, e caso necessite, a visita domiciliar.

Ao Serviço social cabe ³⁵instrumentalizar cada vez mais a aplicação das

³⁵ A instrumentalidade no exercício profissional refere-se, não ao conjunto de instrumentos e técnicas (neste

penas/medidas,tornando, através de suas competências teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético políticas (Guerra,2001) ,a ação institucional mais efetiva,ou seja, com maior capacidade de cumprir a sua função social. Tendo em vista que esse aspecto da ação institucional ,poderá acarretar benefícios não só ao cumpridor, mas para a sociedade em geral. Um individuo a menos no cárcere, pode significar uma família dispondo de um membro que a mantém, economicamente e ou possui grande relevância afetiva, o que poderá refletir na formação “moral” dos seus dependentes.

Como reflexo da política estatal em seu estagio neoliberal a ação profissional do assistente social nessa política pública é limitada por conta do baixo investimento em infraestrutura. Enquanto presenciamos medidas protecionistas para grandes empresas manterem o seu lucro, a questão social se vê desprivilegiada (Faria,2001). Um país com uma das maiores economias do mundo (apesar dos avanços nas ações de combate a pobreza) , ainda comunga da política estatal que insiste em menosprezar determinadas ações que poderiam acarretar benefícios para os menos favorecidos economicamente, e que poderão direcionar a sociedade a um caminho mais justo e igualitário.

O serviço social na instituição tem caráter humanista, pois considera o individuo proletariado como um importante participe na vida social, e que ao desenvolver do sistema capitalista, sempre foi injustiçado e privado da sua dignidade. Na utilização do instrumental técnico – operativo, juntamente com os conhecimento procedimentais, que para Santos (2006) são

“os conhecimentos sobre os procedimentos necessários para operacionalizar uma intervenção, sobre os modos de agir, sobre a construção operacional do fazer são conhecimentos sobre as habilidades necessárias ao manuseio dos instrumentos e sobre os próprios instrumentos.” (p.74)

Os assistentes sociais portam uma particularidade dentro do contexto de luta de classes, que permite aos seus usuários, além da efetivação dos direitos, a reflexão sobre os caminhos de uma sociedade mais justa e igualitária, tendo em vista que para a teoria social crítica,o sujeito não é apenas um subversor da ordem legal vigente um ator social que foi submetido através das suas relações de trabalho ,dentro de uma sociedade de âmbito, especificamente capitalista,a algumas das múltiplas expressões da questão social.

caso, a instrumentação técnica), mas a uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio-histórico.” (GUERRA, 2000, p.1)

Cabe ressaltar aqui a importância da inserção dessa modalidade, como campo de atuação, pois ao estarem inseridos no processo de cumprimento de uma pena e medida alternativa, os assistentes sociais presenciarão experiências ricas em efetivação de direitos, além de proporcionar a compreensão da ação socioeducativa que para Miotto (2009) é uma “lógica realizada no escopo dos processos socioassistenciais, está centrada nos usuários, enquanto sujeitos de direitos.” (p.500), essa mesma ação visa socializar os direitos desses indivíduos, para que os mesmos tenham o acesso a eles, de forma autônoma. Ao acompanhar o cotidiano dos cumpridores, o assistente social enfrenta demandas que vão além de uma simples sanção judiciária, elas alcançam as várias manifestações das expressões da questão social.

IV PERCURSO METODOLÓGICO

Metodologia é a parte da pesquisa, onde se estabelece o caminho a ser percorrido ,para a consecução dos objetivos propostos , é onde o pesquisador deverá traçar o caminho para se chegar a algumas das possíveis respostas,a questão estabelecida no problema de pesquisa,para Minayo “a metodologia não só contempla a fase de exploração de campo, como a definição de instrumentos e procedimentos” (2004, p.43). É um processo iniciado na elaboração do projeto de pesquisa,que conforme o decorrer da objetivação dessa pesquisa, vai se modificando e se adequando a fim de acompanhar o movimento da realidade, no intuito de trazer melhores resultados aos problemas propostos.

E para se aplicar a análise da realidade proposta nessa pesquisa se fez necessário reportar ao método do materialismo histórico e dialético, que segundo Marx (2008) considera que através do movimento da história é que se constroem as relações sociais, nesse sentido para uma interpretação metodológica cerceada por esse método específico, é necessário se reportar a historia do objeto de pesquisa ³⁶proposto, no intuito de apreender a essência do mesmo (Netto, 2011), para isso recorre-se aos vários procedimentos trabalhados durante o processo de construção de conhecimento em pesquisa.Buscou-se desenvolver um material denso em informações teórico-históricas dos processos sociais que culminaram no surgimento desse fenômeno que aqui se apresenta como objeto de estudo, para dar respostas ao ³⁷problema de pesquisa.

A pesquisa teve por objetivos fazer uma análise sobre a história das Penas e Medidas Alternativas na Bahia, analisar a importância da CEAPA (Centrais de Apoio e Acompanhamento a Penas e Medidas Alternativas) no processo de execução das Penas e Medidas Alternativas em Feira de Santana, avaliar alguns resultados das ações da CEAPA para a vida dos cumpridores das penas e medidas alternativas (relevância social),e para consecução dos objetivos propostos foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica, com a finalidade de construir fundamentação teórico-histórica e para as discussões sobre o objeto e suas variáveis. Observação simples que Gil

³⁶ O processo de aplicação das Penas e medidas alternativas com mediação da CEAPA, vale observar que nesse caso me reporto a um punhado histórico das execuções penais no Brasil

³⁷ A implantação da CEAPA gera impactos a política de aplicação das penas e medidas alternativas?

(1999) define como aquela em que o sujeito permanece alheio aos fatos, apenas coletando dados de determinada realidade, afim da definição do problema de pesquisa e formulação de hipóteses. Essa observação foi viável pelo fato de que o espaço onde ocorria a mediação se caracteriza como meu local de estagio então pude observar a atuação dos representantes da rede que operacionalizam essa modalidade de penas, rede essa composta pelos Órgãos Jurídicos (Varas e Juizados), a própria CEAPA (Central de Apoio e Acompanhamento a Penas e Medidas Alternativas) e as instituições de fins não lucrativos (ONG's e órgãos estatais); pesquisa documental, com os instrumentais técnico-operativos da instituição CEAPA para fazer uma análise do perfil sócio econômico dos cumpridores; entrevista e aplicação de questionário com os representantes das instituições, órgãos e alguns cumpridores. Vale salientar que os procedimentos descritos anteriormente foram fundamentais na análise dos resultados obtidos nos questionários

A aplicação dos questionários se deu para três grupos de sujeitos envolvidos diretamente no desenvolvimento desse processo. São eles os órgãos jurídicos que estabelecem a pena, as instituições de comunitária ou estatal beneficiada prestação pecuniária ou de serviços e os cumpridores.

4.1 Análise de Dados

Para todos os grupos foi construído um questionário que pudesse fornecer subsídios de análise a questão central da pesquisa que é analisar os impactos da implementação da CEAPA na realidade da execução das penas e medidas alternativas

O primeiro grupo entrevistado foi o dos órgãos jurídicos, se constituindo como um grupo crucial ao objetivo da pesquisa, pois, são esses os órgãos que exerciam as funções que hoje são de atribuição da CEAPA, no caso de Feira de Santana, então se entende que os representantes das mesmas, identificariam com maior precisão, alguns desses impactos.

Porém o percurso foi cheio de percalços, acredito que por se tratar de instituições jurídicas, em que falta uma prática em serem objetos de pesquisa, por isso e em todos os casos, as pessoas pediram dias, até semanas para responder as perguntas, tendo em vista que

se tratava de um assunto que necessitava de um tempo para ser pensado e documentado. Fazendo uma demonstração da burocracia que para Fávero, Melão e Jorge (2011) junto ao corporativismo “impregnam fortemente a mentalidade do judiciário, contribuindo para a lentidão administrativa de suas decisões internas, e operacionais” praticamente se tornando um obstáculo em certo momento o desenvolvimento da pesquisa

Primeiro foi perguntado como se dava a aplicação das penas e medidas alternativas antes da parceria com a CEAPA as respostas foram às seguintes:

“Antes da parceria com a CEAPA, os supostos autores eram encaminhados diretamente às entidades, que eram por sua vez, cadastradas no (...).Apos o cumprimento as partes juntavam os recibos ou certidões de serviço comunitário” (órgão1)

“Antes esta Vara não possuía competência para executar os seus julgados. Desta forma o cumprimento dava-se conforme o estipulado na Vara de Execuções. Apenas em meados de 2012 o TJ-BA, mediante procedimento próprio, definiu competente esta Vara para efetuar a execução dos seus julgados Quando desta definição iniciamos a parceria com a CEAPA” (órgão 2)

“O magistrado indicava qual instituição para o encaminhamento do réu. Afim de que o mesmo desse cumprimento à pena ou medida alternativa, e o cartório expedia ofício de apresentação do acusado.Mensalmente a instituição remetia á vara, relatório informativo constando a frequência do réu no final do cumprimento.” (órgão 3)

Ao analisar a resposta do representante do órgão 1 constata-se que não havia a preocupação de se fazer uma ³⁸triagem para alocação do cumprimento da pena em local compatível com o perfil psicossocial do individuo, e orientação sobre os direitos e deveres do cumpridor, bem como identificar demandas desse cumpridor à rede de atenção socioassistencial.O representante do órgão 2 relatou que o mesmo não tinha autonomia para definir a pena,só a conquistou no período em que a CEAPA já estava em funcionamento , tendo como instituição competente a atribuição de definir a pena , o Órgão 3 que ,como constatado no relato encaminhava o cumpridor diretamente a instituição, e tinha como meios de fiscalização, um relatório emitido mensalmente, cruzando os relatos obtidos nas entrevistas subseqüentes, há hipótese de possíveis descumprimentos, sem devido registro, já que a instituição que recebia doações e prestação de serviços relatou que não faziam o controle de descumprimento, aumentando também o riscos de impunidade,Lima (2001) alerta sobre esse

³⁸Alocação do sujeito em instituição compatível com o seu perfil psicossocial

tipo de ação que é comum em algumas localidades em que não existe o monitoramento das centrais.

é uma verdadeira impunidade, pois se condena alguém a uma pena privativa de liberdade, converte-se essa pena em alternativa, remete-se à vara de execuções, o condenado fica solto, sem acompanhamento e o feito é prescrito, já que as varas de execução já se encontram assoberbadas de processos de presos e enfrenta enormes problemas.(Lima,2001,s/p)

Então pode-se constatar que a presença de uma instituição especializada é um fenômeno importante ao processo, pois propõe resguardar os direitos, tanto da parte do estado, como aplicador da pena, quanto do indivíduo que se vê orientado na garantia dos seus direitos individuais, e no cumprimento das suas obrigações.

Foi perguntado também se a atuação dos profissionais da CEAPA traz alguma contribuição para o atendimento das demandas desse Órgão em relação às penas e medidas alternativas,e as respostas foram :

Após a parceria com a CEAPA, a única mudança que se fez notória foi a unificação dos ofícios de encaminhamento e a desnecessidade de manter registro de funcionamento das entidades, os demais procedimentos continuam os mesmos. (órgão 1)

Após a audiência admonitória que ocorre no processo de execução o juiz tratando-se de medida alternativa para prestação de serviço a comunidade , encaminha ,por oficio o executado a este núcleo onde será encaminhado para os diversos setores, órgãos de prestação de serviço , com enfoque de atendimento diversos (escolas,delegacias, dispensário, creches).(órgão 2)

Não podemos avaliar por desconhecemos a sua atuação *Em Loco* Ceapa (órgão 3)

Para o representante do órgão 1 , a grande diferença foi na parte operacional, essa unificação de ofícios foi muito útil ao funcionamento dos procedimentos em que se aplicam as penas e medidas alternativas, pois a emissão de um documento padrão evita transtornos na confecção de documentação diversa. Ele explicou que antes, para cada tipo de pena eram redigidos documentos diferentes. E em relação aos registros das entidades, ele descreve, que era forma com que eles monitoravam o funcionamento das mesmas, porem não havia uma prática de visita em loco para confirmar se o funcionamento dessas ocorria dentro da

legalidade. Ele descreveu situações arbitrárias em que se enviavam doações para a conta de entidades que já haviam deixado de funcionar.

Já o representante do órgão 2 descreveu todo o processo, ressaltando que o mesmo acontece com fluidez, trazendo benefícios a comunidade, pois a arrecadação é repassada a instituições que estão em pleno funcionamento, e contemplam o perfil dos cumpridores, como também é um benefício ao próprio órgão, pois se fossem tomados os procedimentos corretos, sem a presença da CEAPA, a transação penal levaria muito mais tempo para ser efetivada, além do fato deles terem limitações estruturais para monitorar esses procedimentos.

Já o representante órgão 3 afirmou desconhecer a atuação da CEAPA IN loco. o que significa que não há uma proximidade com o processo, e suas ações estão restringidas apenas ao âmbito do próprio órgão, não se estabelecendo uma análise do prosseguimento dessas penas estabelecidas

A última pergunta foi, a respeito da opinião desses representantes, no que poderia ser modificado no serviço prestado pela CEAPA. Essa pergunta foi elaborada com intuito de colher informações que possam servir de sugestão para uma possível otimização dos serviços prestados pela instituição, apesar de ser objetivo secundário da pesquisa, seria uma ação retributivo. As respostas foram as seguintes:

Não imagino o que poderia ser acrescentado, mas entendo que uma melhor observação da legislação, no que tange á transação penal, evitaria a ocorrência de situações vexatórias como, por exemplo, obrigar a parte a ver ou realizar triagem por psicólogo quando sua TP é de pagamento. Também considero perigosos os reincidentes relatos de partes que vêm requerer “troca” de TP de serviço, para pecúnia por “sugestão” da CEAPA. (Órgão1)

A fiscalização das penas restritivas de direito já são realizadas pela CEAPA. E o acompanhamento das penas quando no regime aberto também poderiam ser realizados por ali, assim como o acompanhamento de frequência mensal do réu e atualização de endereço quando estiver vinculado a liberdade provisória e tiver prestado compromisso (Órgão 2)

Não temos sugestão, pelo motivo exposto acima (Órgão 3)

O representante do órgão 1 relatou que não haveria necessidade de acréscimo, e sim uma restrição de alguns serviços que ele considera supérfluo no âmbito da transação penal de pagamento pecuniário, porém o mesmo não estava ciente de que nesse tipo de operação, não necessariamente, há um atendimento psicológico. o que reforça a idéia, de que há uma necessidade de divulgação da metodologia adotada pela instituição, já que alguns dos próprios órgão jurídicos que estabelecem as penas, não compreendem o funcionamento, e

provavelmente o fundamento da implantação da CEAPA, na execução dessa modalidade de penas. Reforçando o desconhecimento desses fundamentos, que, sobretudo buscam amenizar, modernizar e humanizar o direito penal (Andery, 2000).

Já o representante do órgão², demonstrou maior conhecimento sobre a atuação da CEAPA, nesse âmbito, inclusive recomendando que os serviços prestados pela instituição, sejam estendidos as penas de regime aberto, pois a esse órgão jurídico são estabelecidas as funções de monitoramento dessa modalidade de pena, mas a sua estrutura é projetada para o funcionamento interno, dificultando assim o monitoramento dessa modalidade de penas, que necessita de atuação ³⁹externa.

O órgão 3 preferiu não se pronunciar, por, justamente, não conhecer o funcionamento da CEAPA em loco

O segundo grupo entrevistado, foi o dos representantes das instituições que recebem as doações, e os cumpridores das penas e medidas alternativas, esses representantes, são os responsáveis por acolher os cumpridores, e direcionar as doações, tendo em vista que os mesmos receberam capacitação da CEAPA, para estarem desempenhando esse papel.

Foram elencadas 5 instituições sendo que uma estatal, e 4 de cunho filantrópico. Para a escolha dessas instituições foram considerados o tempo em que a instituição mantém parceria com a CEAPA-Feira, O número de cumpridores e doações recebidos por essa instituição que no caso era maior que 10, e a disponibilidade do responsável pelo atendimento dos cumpridores, em estar prestando as informações relativas ao questionário aplicado

Em relação as doações recebidas, antes da parceria do órgão jurídico ser firmada com a CEAPA, especificamente antes de outubro de 2011, 80% das instituições entrevistadas não recebiam doações nem prestação de serviços. Tendo em vista que essa modalidade de pena, apesar de prevista na LEP, era pouco aplicada presume-se que o maior agravante dessa não aplicação, era a dificuldade do Judiciário em fiscalizar o seu cumprimento nos possíveis locais onde as penas poderiam ser cumpridas, o que, se efetivado, na perspectiva do Ministério da Justiça provocaria um receio pela incerteza da eficácia do caráter punitivo (2002).

Dentro dessa perspectiva do receio, por parte do judiciário, da não aplicação, podemos constatar que também não se firmavam parcerias com essas instituições de fins sociais. Os

³⁹ será necessário se ausentar do âmbito do órgão para realizar algumas atividades de monitoramento, o que atrasa o andamento de outros processos.

entrevistados afirmaram que desconheciam a possibilidade de estarem fazendo parte do contexto de execução das penas e medidas alternativas.

Doação antes da CEAPA	Frequência	Percentual
Bem administrados	1	20%
Não recebíamos	4	80%
Total	5	100%

Tabela 2 Doação

Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2013

Outro aspecto importante a ser verificado foi a incidência de descumprimento, por parte dos cumpridores, das penas e medidas alternativas. A única instituição que os recebia, relatou que não adotava a prática de monitorar o cumprimento, tendo em vista que o próprio órgão jurídico, sofre com a sobrecarga de processos, e teria dificuldades em monitorar o cumprimento dessas penas, pode-se constatar que essa falta de monitoramento é um precedente para o que Lima (2001) descreve como a existência uma verdadeira impunidade, pois, segundo ele, antes do surgimento das centrais, em alguns estados, essa impunidade era recorrente e isso se dava, justamente, em razão da incapacidade dos órgãos jurídicos, de estarem acompanhando esse processo. Apesar do não registro dos descumprimentos o entrevistado afirma que acredita ter diminuído o número de descumprimentos, pois com a entrada da CEAPA nesse processo, o monitoramento se tornou uma realidade.

Já em relação opinião desses representantes de instituição sobre a intervenção da CEAPA no processo de execução das penas e medidas alternativas, foi perguntado se há alguma diferença. Essa pergunta foi elaborada no sentido de perceber se eles compreendem se há vantagens e ou desvantagens em se empregar a CEAPA dentro desse processo. aproveitando o ensejo, também foi perguntado qual a intensidade dessa diferença. 100% responderam que sim e muita. As justificativas são as seguintes:

“A CEAPA trouxe uma intermediação melhor onde o cumpridor já chega mais preparado e consciente de sua pena /medida alternativa” (Entrevistado 1)

“A CEAPA potencializa o processo, além de tornar mais acessível o contato com os cumpridores”(Entrevistado 2)

“Ajuda considerável já que tínhamos dificuldades em aquisições de materiais permanentes bem como contribuiu no momento que precisávamos de pessoas para o setor de portaria foi concedido esse recurso” (Entrevistado 3)

“Para nos muitos com a organização da CEAPA ficou claro as penas e cumpridores virem até nos contribuiu com a sociedade, nos da (...) estamos sendo beneficiados com essa ajuda com a alimentação de moradores de rua e dependentes que chegam a nossa comunidade e tem que comer e o que beber, com a ajuda da CEAPA isso se tornou possível onde com os muitos podemos ajudar a quem precisa”(Entrevistado 4)

Nessas afirmações, pode-se constatar alguns dos efeitos das ações desenvolvidas pela instituição, analisando a resposta do entrevistado 1, pode se constatar a relevância do emprego da instituição, como meio de capacitação do próprio cumpridor ao cumprimento da pena, pois lá são explicitados seus deveres e direitos, além da distribuição de cartilha informativa, para reforçar essas instruções. O entrevistado 2 já traz uma visão mais geral do processo, reconhecendo a CEAPA como importante canal de comunicação, dando acessibilidade a relação cumpridor instituição, e vice versa, e também fluidez a esse processo, evitando transtornos, que poderiam ser originados graças a má comunicação entre as partes.

Já os entrevistados 3 e 4 trazem algumas dimensões dos benefícios gerados com o início da parceria, que se firma através da prestação de serviços e doações pecuniárias, tendo em vista que as instituições tem o caráter social. No caso da instituição estatal, os recursos são escassos, tendo em vista que a legislação brasileira determina a Assistência como direito do cidadão e dever do estado (Brasil, 2010), porém essa mesma legislação não vincula ao PIB (ao contrário da saúde e educação) e nem define a quantidade mínima de recursos a serem aplicados no âmbito município para o trato dessa questão (Bercovici, 2008) O orçamento estatal não disponibiliza recursos suficientes para o provimento das necessidades mínimas da instituição, no atendimento das suas demandas.

O dinheiro disponibilizado pela doação se converte em produtos úteis para o atendimento dessas demandas funcionais, como computadores, material de limpeza e higiene, se tornando assim um benefício para a comunidade onde essa instituição está inserida.

Já no caso das instituições filantrópicas, esse recurso que é alocado na compra dos produtos mantém o funcionamento adequado as demandas que a mesma atende e que segundo os depoimentos, com suas ações, abarca uma responsabilidade que seria constitucionalmente do Estado, porém é transferida para as mesmas. É uma espécie de auxílio as ações da instituição que “desonera” a responsabilidade do Estado. Vale ressaltar que a prestação de serviço, também traz um acréscimo ao quadro de funcionários dessas instituições, com o único custo para elas, que é o monitoramento do tempo em que o cumpridor permanece na instituição.

Também foi perguntado, o que poderia ser acrescentado nos serviços da CEAPA , tendo em vista que poderiam sugerir ações a serem agregadas na metodologia de trabalho da própria CEAPA, já que a instituição pode trazer à tona possíveis problemas que estejam se desencadeando graças a essa atuação, e também poderia estar frustrando a possível hipótese cabível nessa pesquisa, de que a introdução da CEAPA nesse processo estaria trazendo benefícios a execução dessa modalidade de pena. As respostas foram as seguintes:

“Até o momento estamos satisfeitos com o serviço assim como está”(Entrevistado 1)

“O serviço prestado é de excelência em função da qualidade dos profissionais de serviço social, advocacia, p psicologia.” (Entrevistado 2)

“A CEAPA precisa apenas de uma maior divulgação do serviço que presta a comunidade” (Entrevistado 3)

“Maior divulgação dos serviços prestados pela instituição apresentação dos resultados deste serviço visando demonstrar se tem trazido resultados positivos para a vida das pessoas que cumprem penas alternativas.” (Entrevistado 4)

“Na minha opinião eu não eu não tenho o que acrescentar nada, para mim é perfeito de ter seus problemas internos que é um problema deles mas para conosco o trabalho é perfeito parabéns a todos da equipe.”(Entrevistado 5)

Os entrevistados 1 e 4 não acrescentaram muitas informações, só afirmaram que o nível do serviço que é prestado pela CEAPA são suficientes não sugerindo mudanças. Já o entrevistado 2 abordou uma análise do serviço prestado pela CEAPA, reconhecendo que a multidisciplinaridade é um fator que contribui par a excelência dos serviços prestados pela instituição. Multidisciplinaridade que, segundo as diretrizes Sistema Nacional de Penas e Medidas Alternativas (2009) é um pré-requisito gerencial, e elemento estratégico, para a manutenção de bases sólidas do funcionamento do sistema nacional e Penas e Medidas Alternativas.

. Os entrevistados 2 e 5 também trouxeram vários pontos positivos, ressaltando que há uma necessidade de maior divulgação dos serviços prestados, e resultados das ações desenvolvidas pela CEAPA, essa carência pode ser atribuída a algumas limitações estruturais que se apresentam na instituição , dentre elas as que se apresentam ,possivelmente, como cruciais para o desencadeamento desse problema que é a falta de maior numero de técnicos , na instituição , o que poderia desencadear num processo de trabalho externo, no qual se incluiria a divulgação, e um veículo próprio. A desenvolvimento de ações incluindo outro

profissional do serviço social, traria um suporte diário ao monitoramento, nos locais onde as penas são cumpridas

O terceiro grupo é dos cumpridores das penas e medidas alternativas. Tivemos 5 cumpridores que aceitaram participar da pesquisa. Os técnicos da instituição, recomendaram que só se poderia abordar os cumpridores dentro da própria CEAPA, e com bastante cautela, para que o questionário não tomasse uma característica de imposição, tendo em vista que por se tratar de pessoas envolvidas em transação penal, poderiam não se sentir confortáveis com determinadas perguntas, e relatarem o fato ao judiciário, causando problemas a CEAPA.

Inicialmente foi observado o perfil socioeconômico do grupo, os aspectos analisados foram a idade, o sexo, a escolaridade, a raça ou etnia, e a religião. No quesito idade poderemos notar na tabela abaixo, quem sua totalidade, a composição de membros desse grupo encontra-se em idade economicamente produtiva, que segundo o IBGE (2010) compreende o potencial de mão de obra disponível no mercado.

Idade	Frequência	Percentual
20 a 30	3	20%
30 a 40	2	80%
Total	5	100%

Tabela 3: Idade

Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2013

Já em relação ao sexo, 4 dos componentes são homens e uma é mulher, representando a realidade mais ampla do número total de cumpridores, como podemos constatar no segundo capítulo que apenas 17% do total dos cumpridores de penas, são mulheres.

Sexo	Frequência	Percentual
Masculino	4	80%
Feminino	1	20%
Total	5	100%

Tabela 4 Sexo dos Cumpridores

Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2013

O grau e escolaridade que, como constatado na pesquisa geral do segundo capítulo, identifica que em sua maioria, o público atendido pela CEAPA-Feira não concluiu o ensino médio.

Escolaridade	Frequência	Percentual
Fundamental incompleto	2	40%
Fundamental completo	1	20%
Superior incompleto	1	20%
Superior completo	1	20%
Total	5	100%

Tabela 5:Escolaridade

Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2013

Esses dados permitem compreender que a maioria dos cumpridores da CEAPA não possui um grau de educação formal, e que isso pressupõe que também não sejam munidos de conhecimentos sobre as leis que estabelecem a ilegalidade do ato que cometeu, e que o fez se tornar cumpridor das penas e medidas alternativas, Teixeira e Kassouf(2011) fazem uma análise do impacto do grau de educação sobre a criminalidade no Brasil, onde defendem que quanto menor o grau de escolaridade maior a propensão a crimes, isso porque o indivíduo com menor grau de educação formal, possuem menor renda, menor sensibilidade a situações de risco, dentre outros vários fatores, o que para eles coloca essa camada da população como a mais numerosa em se tratando de subversão a ordem legal vigente no estado

Já em relação a raça 80% desses cumpridores se autodeclararam afro descendentes (Preto, Pardo, Moreno) a exemplo da pesquisa geral, em que se constatou que 92% dos cumpridores da CEAPA-Feira declararam a afro descendência

Raça	Frequência	Percentual
Branco	1	20%
Afro descendente	4	80%
Total	5	100%

Tabela 6 Raça

Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2013

Outro ponto a ser observado no perfil desses cumpridores, é que , em sua totalidade, possuem algum tipo de segmento religioso, e que esses segmentos pressupõem valores, que simbolicamente, seriam um obstáculo á prática delituosa,afinal,foram pré-estabelecidos através da moral oriunda do estado Católico.

Religião	Frequência	Percentual
Evangélico	2	40%
Católico	3	60%
Total	5	100%

Tabela 7 Religião

Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2013

Já nos aspecto profissional, os indivíduos desse grupo estão todos em idade economicamente ativa, e suas profissões variam conforma sua formação educacional, nesse grupo temos um personal training, um trabalhador em carga e descarga, lavadeira e vendedora ambulante, e um servente da construção civil, que são profissões com media salarial compatível com a constatada no levantamento socioeconômico que é de um e dois salários mínimos.

.Em relação aos aspectos do tratamento prestado pelos técnicos da instituição,no questionário utilizado, foram oferecidas as opções péssimo, ruim, regular , bom e ótimo sendo que 100% dos entrevistados acham que o serviços oferecidos pela CEAPA Feira são ótimos, para eles,segundo seus relatos, o que conta é a rapidez no atendimento, facilitação do andamento do cumprimento, boa comunicação e paciência, com que os integrantes da instituição abordam esses cumpridores .

Já em relação ao tratamento ofertado pelos órgãos jurídicos, como podemos ver na tabela a seguir, não há certo consenso em relação a opinião desses cumpridores. Dos que acharam bom , um compreendeu que o juiz foi muito correto na aplicação da pena, o outro afirma que os técnicos do órgão explicaram com tranqüilidade o que seria a pena, já o que achou ruim , afirmou que eles nem ouviram para ver se estava certo ou errado. Os que acharam regular ou ruim não quiseram responder.

Tratamento no Jurídico	Frequencia	Percentual
ótimo	1	20%
bom	2	40%
regular	1	20%
ruim	1	20%
Total	5	100%

Tabela 8: Tratamento no Jurídico

Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2013

Em relação ao tratamento ofertado pelos técnicos da instituição onde a pena é cumprida, a unanimidade respondeu que o tratamento é ótimo, o que podemos atribuir, também a capacitação desenvolvida pela CEAPA, as repostas são variadas, e levam em consideração a satisfação com o trabalho prestado pela instituição, a afinidade do cumpridor com o pessoal integrante da instituição, a intencionalidade do trabalho que instituição presta aos seus beneficiados, e a paciência com que o pessoal da instituição atende o cumpridor, e a orientação prestada.

Distancia da Residência	Freqüência	Percentual
Ótimo	2	40%
Bom	2	40%
Regular	1	20%
Total	5	100%

Tabela 9 Distancia da Residência

Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2013

Em relação a distancia do local de residência, que é um dos fatores que implicam na escolha do local de cumprimento da pena, tendo em vista que a dinâmica social do cumpridor deve ter o menor abalo possível, 2 cumpridores classificaram como ótimo, outros 2 como bom e apenas um classificou como regular, porem identificou como a melhor localização tendo em vista a disponibilidade de transporte na área em que ele reside. Essa distribuição territorial dos locais de cumprimento de pena, é um dos fatores significativos para se justificar a implantação da CEAPA no processo, pois, esse procedimento que é próprio da instituição, facilita o cumprimento da pena, diminuindo a possibilidade de descumprimento da mesma. Ao estar inserido em um território de fácil acesso, o individuo tem maior possibilidade de adequar a atividade a que foi designado na instituição, a sua realidade social, alem disso há

possibilidade da instituição estar dando conta de uma demanda social, particular do local de moradia do indivíduo, o que poderá vir a dar uma significação maior, na concepção dele, ao processo de cumprimento dessa pena ou medida.

A estrutura da instituição onde a pena é cumprida é classificada como ótima por 80% dos entrevistados, porém eles preferiram não explanar sobre os fatores que se apresentam como relevantes para a formação da opinião favorável a essa satisfação, apenas relataram sobre a tranquilidade e a ausência de percalços que possam lhes levarem a estar reclamando.

Estrutura da instituição	Frequencia	Percentual
ótimo	4	80%
bom	1	20%
Total	5	100%

Tabela 10 Estrutura da Instituição

Fonte: Banco de dados da pesquisa,2013

Em relação a influência no emprego um dos cumpridores relatou que foi pouca, mas boa porque já é um trabalho que era desenvolvido no dia a dia, e não foi um problema, muito pelo contrario foi uma solução que o fez refletir sobre o seu trabalho, já o restante, não considera que houve influência no seu trabalho, o que para os profissionais da instituição, se constitui um mérito, pois dentro das recomendações expedidas pelas Regras de Tóquio, onde deve-se prezar pela integração da execução penal, com a vida social do indivíduo preconizando a garantia dos seus direitos fundamentais básicos (Andery,2000). E dentro de uma sociedade capitalista, é contraprodutivo para o estado, impedir o indivíduo de usufruir das relações de emprego, pois a única mercadoria que o indivíduo integrante da classe trabalhadora possui é a sua força produtiva (Alves,2007) e prejudicá-lo no desempenho da mesma poderia ser prejudicial a sua reintegração a ordem legal vigente.

Influencia no emprego	Frequencia	Percentual
pouca	1	20%
nenhuma	4	80%
Total	5	100%

Tabela 11 Influencia no emprego

Fonte: Banco de dados da pesquisa,2013

Nas discussões dessa pesquisa, observa-se que a coleta de dados das três partes descritas traz a tona problemas que superficialmente não são detectados, e que podem contribuir de forma significativa., para a formulação da atuação dessa instituição, no processo de execução das penas e medidas alternativas,a exemplo disso podemos citar a falta de visibilidade da CEAPA, a falta de comunicação institucional entre um dos órgãos jurídicos que estabelecem as penas, e a detecção de algumas situações em que se é aplicado o atendimento psicológico, e que segundo o representante de um dos órgãos chega a se tornar vexatório. Bem como o ganho que os indivíduos envolvidos nesse processo, e toda sociedade em geral tem com essa atuação, pois num país onde a relação do capital e trabalho provoca efeitos colaterais na sociedade, que aliados a sua particularidade histórica, discrimina e subjuga cada vez mais os que não tem acesso aos bens necessários para um sobrevivência digna,e quando subversivos da ordem legal, os encarcera sem nenhuma perspectiva de devolvê-los a sociedade numa situação favorável as suas atividades laborais. E onde o próprio sistema carcerário se constitui como uma instituição coercitiva(Siqueira,2001). A ampliação monitoramento humanizado e trato da questão social como responsabilidade estatal, que a CEAPA dá a esse processo, é um avanço para um estado que estabelece garantias constitucionais, porem não oferece meios para que essas garantias sejam efetivadas.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alves, Antônio José Lopes . Ciência, força produtiva e capital na crítica marxiana da economia política ,**Projeto História**, São Paulo, n.34, p. 277-288 , jun. 2007.

ALVES, J. C. **Reflexões sobre a Lei nº 9.714/98**. Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 1788, 24 maio 2008 . Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/11308>>. Acesso em: 17 jun. 2013.

ANDERY, F. R. . As Regras de Tóquio. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, v. 23/24, n. DEZ, p. 149-158, 2003.

ANDERY, F. R. .Penas e Medidas Alternativas. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, UFG, v. 25/26, n. JAN/DEZ, p. 87-110, 2001.

BERCOVICI Gilberto,O federalismo no Brasil e os limites da competência legislativa e administrativa: memórias da pesquisa, **Rev. Jur.**, Brasília, v. 10, n. 90, Ed. Esp., p.01-18, abr./maio, 2008.

BRASIL, **Lei Federal nº 7.209**, de 1984.

BRASIL, **Lei Orgânica da Assistência Social nº. 8.742 de 07/12/93**. Brasília, MDS, 2004.

BRASIL. Nações Unidas. Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente - ILANUD. **Levantamento Nacional sobre Aplicação e Execução de Penas Alternativas: relatório final de pesquisa**. Brasília: MJ, 2006.

CARDOSO,M.C.V. **A cidadania no contexto da Lei de Execução Penal:o (des)caminho da inclusão social do apenado no sistema penitenciário do Distrito Federal**,2006,172f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília,Brasília/DF 2006.

Cartilha do consumidor disponível em <<http://www.procon.al.gov.br/legislacao/cartilhadoconsumidor.pdf>> ultimo acesso em 17/09/12 as 21h18min.

CARVALHO.J.M. **Cidadania no Brasil o longo caminho** 3ª ed. Rio de Janeiro 2002.

CEAPA-BA. **Implantação do Núcleo de Penas e Medidas Alternativas de Feira De Santana – Bahia:Projeto de Interiorização**. Salvador, 2007:Disponível em <<http://portal.mj.gov.br/TransparenciaWeb/ArquivoServlet?codigoanexoconvenio=8459>>acesso em 30 outubro 2013.

CEAPA - Central de Apoio e Acompanhamento as Penas E Medidas Alternativas, **Relatório Geral Breve Histórico, Dados Qualitativos E Quantitativos** ,Salvador, Outubro 2013.

CLIVATTI, G. **Teorias Mistas da Pena**, 2008 disponível em <<http://www.viajus.com.BR/viajus.php?pagina=artigos&id=1782>> acesso em 12/06/2013.

Código do Meio Ambiente de Feira de Santana <<http://www.feiradesantana.ba.gov.br/leis/leicomp1612.pdf>> ultimo acesso em 19/09/2012 as 15h27min.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). **O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos: Contribuição ao debate no Judiciário Penitenciário e na Previdência Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

DUTRA, C. Quando Começa a Nossa História, Afinal? A Conquista na Visão dos Vencidos. **Perspectiva Teológica**, América do Norte, 26, sep. 2011.

FAORO, R. **Os Donos do Poder**. Porto Alegre: 3.a edição, revista, 2001.

FARIA, José Eduardo. O Poder Judiciário nos universos jurídico e social: esboço para uma discussão de política judicial comparada. In: **Serviço Social & Sociedade**, nº. 67. São Paulo: Cortez, 2001.

FÁVERO, E. T. MELÃO, M. J. R. JORGE, M. R. T. **O Serviço Social e a Psicologia no Judiciário: construindo saberes, conquistando direitos**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. Rio de Janeiro: Globo, 2005. 504 p.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão**, 36ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 291 p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, F. G. **Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p.201-236.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade** n. 62. São Paulo: Cortez, 2000.

GUERRA, Y. **A racionalidade das formas de enfrentamento da questão social: o público e o privado no Brasil (do) real**. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2, 2005, São Luís. Anais... Maranhão: UFMA, 2005.

IANNI, OTÁVIO . **Teorias da Globalização**. Civilização Brasileira, 5ª edição, Rio de Janeiro, 1998, 255pp.

LAVALLE, Adrian G. Cidadania, Igualdade e Diferença. **Lua Nova**, nº 59, 2003, p.75-94.

LIMA, Flávio Augusto Fontes de. **Penas e medidas alternativas: avanço ou retrocesso?** Disponível em: <www.direitocriminal.com.br> . Acesso em: 23 Mar. 2012.

LIMA, R.K, AMORIM, M.S, BURGOS, M.B. **A Administração da Violência Cotidiana no Brasil: A Experiência dos Juizados Especiais Criminais**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1 e 2, p. 79-111, 2002.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista** . 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

MARX, Karl. **O capital**. Coleção Os economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MEDEIROS, J. G. P.;NETO, N. MS Democratização da Justiça Penal: a política criminal no Estado democrático de direito. In: XIX Encontro Nacional do CONPEDI, 2010, Fortaleza. **Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2010. p. 1034-1048.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social : teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, **SISTEMA NACIONAL DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS Princípios e Diretrizes**, Brasília, outubro de 2009.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Manual de Monitoramento das Penas e Medidas Alternativas**. 2002.

MIOTO, R.C. Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias. In CFESS. (Org.) **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 497-512.

NETTO, J. P. Introdução ao método da teoria social. IN: **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFEEES/ABEPSS, 2009.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos do Homem**. Assinalada em 1948.

Ordenações Filipinas disponível em <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/>> acesso em 02 de abril de 2013 as 16h12min.

SANTOS, C. M. dos. **Os instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil**. – Rio de Janeiro: UFRJ,247p; Tese (doutorado) – UFRJ/Escola de Serviço Social/Programa de Pós-graduação em Serviço Social, 2006.

SANTOS, Dyanne Gomes. As centrais de apoio e acompanhamento às penas e medidas alternativas e a resolução do CNJ nº 101 de 15 de dezembro de 2009. **Conteúdo Jurídico**, Brasília: 21 jun. 2010. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.27218>>. Acesso em: 19 mar. 2012.

TEIXEIRAE. C., KASSOUF A.L. **Impacto da Educação Defasada sobre a Criminalidade no Brasil: 2001-2005** Setembro, 2011.

TRINDADE, J. D. **História social dos Direitos Humanos**. São Paulo:Fundação Peirópolis, 2002.

TRINDADE, José Damião de Lima. **História social dos direitos humanos**. São Paulo: Petrópolis, 2002.

VILLAR, Thais Cravo ET al. Ceapa: a construção de uma política pública. **Cartilha da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia**. Salvador, 2010.

WOLKMER, A.C. MARX, A Questão Judaica e os Direitos Humanos. In: **Revista Sequência**, n.º 48, p. 11-28, jul. de 2004.